

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

Localizado na região Sudeste, o Estado do Espírito Santo limita-se ao norte com a Bahia, a oeste com Minas Gerais, ao sul com o Rio de Janeiro e, a leste, com o Oceano Atlântico. Possui uma superfície de 46.184,1 km², representando 0,54% do país. Apresenta um relevo com características bem definidas. A região serrana representa 77% da superfície estadual e faz parte da cadeia da Serra do Mar. Nessa região predomina o clima temperado, que permite a expansão de culturas próprias de regiões de montanha. Na faixa litorânea predomina o clima tropical, que permite a adaptação de culturas tropicais. A rede hidrográfica é peculiar: muitos rios e córregos com pouco volume de água, bem distribuídos pela superfície estadual. O rio Doce, que corta o Estado no sentido oeste-leste, é o principal rio do Espírito Santo, com forte influência na região Norte do Estado.

O café, principal produto capixaba durante muito tempo, começou a ser produzido em grandes propriedades na região Sul do Estado, devido à proximidade com o Rio de Janeiro, e no começo do século XIX passou a ser cultivado também no vale do rio Doce. Atingiu a região central do Espírito Santo na segunda metade do século XIX, quando esta foi ocupada pela imigração estrangeira, principalmente alemã, italiana e, em menor número, suíça. Mais tarde, também o sul do Estado começou a receber imigrantes, diversificando o tamanho de suas propriedades, que passaram a ser não só latifundiárias, mas também médias e pequenas. O café é tido como a mercadoria que mais ativou o transporte fluvial no Espírito Santo, pois era transportado em tropas de burros até um porto fluvial e, posteriormente, até uma pequena estação ferroviária, de onde seguia para portos de embarque.

Atualmente o café ainda é o principal produto do setor primário. Entretanto, tem ocorrido um processo de diversificação com a produção de frutas (mamão), cultivo de especiarias (pimenta-do-reino), pecuária bovina (carne e, em menor escala, leite) e a extração vegetal (cultivo de eucalipto) como matéria-prima para a indústria de celulose. No setor secundário, os segmentos de maior destaque são siderurgia, metalurgia, celulose, minerais não metálicos, alimentos e têxtil.

No terciário destaca-se o comércio exterior e o transporte de cargas e passageiros, através do complexo portuário, ferroviário e rodoviário. Privilegiado pelas belezas naturais, o turismo, já existente no litoral, começa a se consolidar nas montanhas, onde predominam os costumes europeus (italianos e alemães) devido a sua colonização.

Economia

Até a década de 60, a economia capixaba tinha sua base no setor primário, em especial nas atividades ligadas ao café, as quais eram responsáveis por 70% da renda estadual, direta ou indiretamente. Com o declínio dessa atividade, teve início o processo de industrialização com a implantação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) e da Aracruz Celulose, e conseqüentemente a diversificação de sua economia, apesar de ainda manter poucas grandes indústrias. Essas indústrias impuseram a característica industrial-exportadora à economia capixaba, que tem se tornado também exportadora de serviços, deixando a sua base econômica fortemente ligada à dinâmica do comércio internacional.

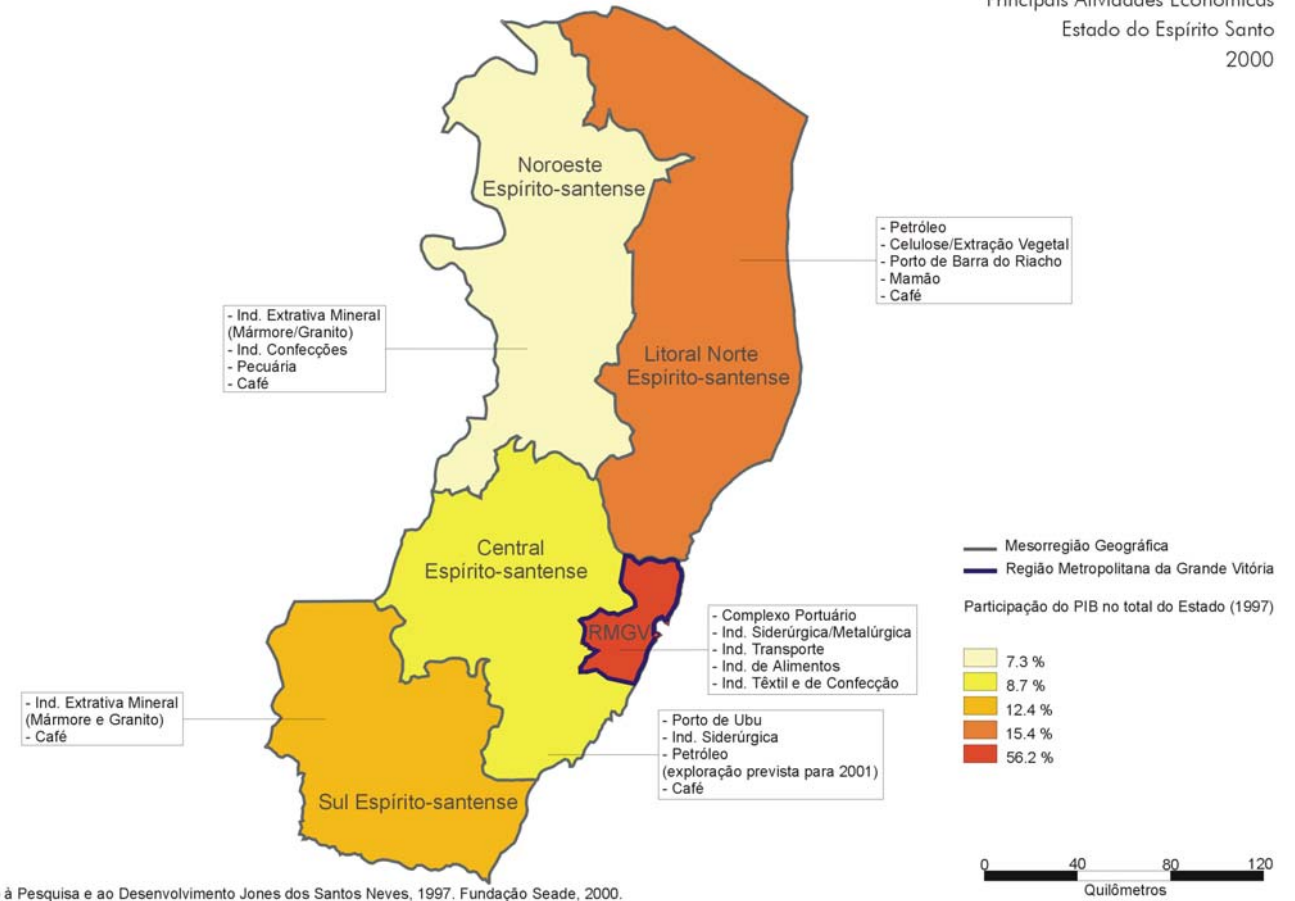
Um mapeamento da estrutura produtiva do Espírito Santo mostra que a economia capixaba é concentrada principalmente na Região Metropolitana da Grande Vitória (Mapa 3). Nessa região destacam-se os complexos siderúrgico e metalúrgico, alimento e têxtil, além dos principais serviços e comércio. No norte do Estado, sobressaem a indústria de celulose, no município de Aracruz, e a extrativa-mineral (petróleo e pedras ornamentais), plantação de mamão e pimenta-do-reino e grande parte da pecuária. No sul do Estado destaca-se a indústria extrativa-mineral (pedras ornamentais). O principal produto agrícola do Estado, o café, encontra-se distribuído por todo seu território, nas regiões montanhosas no centro, no sul e no norte.

Grande parte dos investimentos previstos para o Estado deverão ocorrer na Região da Grande Vitória, excetuando aqueles que serão efetuados na exploração de petróleo e na fabricação de celulose. A Tabela 6 apresenta os investimentos previstos para a indústria de transformação do Espírito Santo no período de 1997/2000.

Estudos de Mercado de Trabalho como Subsídios para a Reforma da Educação Profissional

Mapa 3

Principais Atividades Econômicas
Estado do Espírito Santo
2000



Fonte: Ipes - Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves, 1997. Fundação Seade, 2000.

Tabela 6
 Previsão dos Investimentos⁽¹⁾ para a Indústria de Transformação, segundo
 Ramos de Atividade
 Estado do Espírito Santo
 1997-2000

Ramos de Atividade	Valor (US\$ Milhão)	%	% no Total da Região Sudeste
Total	4.052,0	100,0	7,1
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	60,0	1,5	1,1
Fabricação de Produtos de Madeira	72,0	1,8	15,9
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	1.040,0	25,7	30,5
Fabricação de Produtos Químicos	340,0	8,4	2,3
Metalúrgica Básica	2.540,0	62,7	28,5

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio.

(1) Valor igual ou superior a US\$ 5 milhões.

Na indústria de transformação, a metalurgia tem papel de destaque. A Companhia Vale do Rio Doce foi uma das primeiras grandes empresas a se instalar no Espírito Santo. Começou a operar a primeira usina de pelotização e minério de ferro em 1969 e ampliou sua capacidade produtiva com a inauguração da segunda usina em 1973. Em associação com grupos do Japão, Itália e Espanha, a CVRD inaugurou outras três usinas de pelotização em 1976, 1978 e 1979, respectivamente. Em 1978, entrou em funcionamento outra usina, de capital canadense, constituindo um parque industrial com seis usinas em uma capacidade instalada de 22 milhões de toneladas/ano.

Atualmente, a CVRD está implantando, na ponta de Tubarão em Vitória, um Terminal de Produtos Diversos (TPD) e a sétima usina de pelotização de minério de ferro (Kobrasco). O TPD “quebrará” a rigidez de trabalhar apenas com cargas que fluem por correia transportadora, como o minério. Entretanto, como grande parte das despesas com operações industriais das usinas referem-se às matérias-primas que não são produzidas no Estado, o impacto dessa atividade sobre a economia local se dá pelos salários.

A Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) surgiu na esteira da CVRD. Foi constituída, em junho de 1976, como uma *joint venture* de controle estatal, com a participação minoritária dos grupos do Japão e da Itália, com início das operações em novembro de 1983, após um investimento total de aproximadamente US\$ 3,1 bilhões. Após a sua privatização em julho de 1992,

o novo bloco de controle da Companhia é formado por: Aços Especiais Itabira S.A. (Acesita), um grupo de empresas japonesas, a Companhia Vale do Rio Doce, California Steel Industries (CSI) (EUA) e a Usinor (França) através da Aços Planos do Sul S.A.

A CST, além de ser uma das maiores empresas do país, lidera o mercado mundial de placas de aço, cobrindo 20% da oferta mundial do produto, e é a segunda maior produtora de aço bruto. A previsão de investimentos da CST engloba a implantação do Alto-Forno II, que, além do próprio forno, inclui instalações complementares, nova pista do pátio de matérias-primas para estocagem de minério de pelotas, nova fábrica de oxigênio, ampliação dos sistemas de resfriamento na laminação, mais uma central termelétrica, com caldeira, turbina, gerador e soprador, e terminal ferroviário. Além disso, espera-se o início de operação do Laminador de Tiras a Quente (LTQ), em 2002, que possibilitará a diversificação de sua produção.

A Samarco Mineração iniciou suas operações em 1977. Produz pelotas de minério de ferro para os processos siderúrgicos de redução direta e alto-forno, além de finos de minério concentrado. O controle acionário da empresa pertence à S.A. Mineração da Trindade (Samitri), à BHP Brasil, do grupo australiano The Broken Hill Proprietary Company Limited e à CVRD.

Além das unidades de Minas Gerais, a empresa mantém duas usinas de pelotização e um terminal marítimo próprio, Ponta Ubu, localizados no município de Anchieta. As duas unidades estão ligadas por um mineroduto com 396 quilômetros de extensão, que conduz o minério concentrado produzido em Minas Gerais até a unidade de pelotização no Espírito Santo. Após a implantação do décimo disco de pelotamento na Usina 2, que demandou investimentos na ordem de US\$ 3 milhões, os próximos investimentos deverão focalizar o estrangulamento do Terminal Marítimo de Ponta Ubu. A CST junto com a Samarco Mineração constituem o maior complexo de pelotização de minério de ferro do mundo.

A Usina Siderúrgica Grande Vitória, antiga Companhia Ferro e Aço de Vitória (Cofavi), completa o complexo siderúrgico do Estado. Produz laminados: perfis leves, barras, cantoneiras e vergalhões. Foi privatizada em 1997, quando foi comprada pela Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira.

A indústria de celulose passou a ter destaque no Estado a partir de 1979, com a entrada em operação da Aracruz Celulose S.A., localizada no município de Aracruz. Além de contribuir para a desconcentração da economia, a Aracruz Celulose contribuiu para a ampliação da produção da indústria química no Estado, dado seu caráter complementar à produção da celulose. Assim, foram implantadas unidades de produção de clorato de sódio e de outros cloratos utilizados no cozimento e branqueamento da celulose. A unidade de produção de clorato de sódio foi comprada pela CXY Chemicals, uma das maiores produtoras de clorato de sódio do mundo e que detém 15% do mercado mundial.

Esse complexo transformou o Espírito Santo no maior produtor e exportador nacional de celulose branqueada de fibra curta. Atualmente, a Aracruz Celulose está investindo em um projeto de modernização produtiva de sua fábrica e construção da terceira fábrica, com início de operação previsto para 2002, o que implicará elevação da capacidade de produção de celulose.

Paralelamente, a empresa está investindo na readequação do transporte de matéria-prima e de produtos acabados. É um projeto de transporte por barcaça marítima, chamada Sea Transportation, que transportará a madeira da Veracel do porto de Caravelas (Bahia) até o Portocel, controlado pela empresa em conjunto com a Cenibra.

Com a implantação da Aracruz Celulose e seus projetos complementares, a produção industrial do norte do Estado observou uma ampliação em sua participação no total da produção da indústria estadual. Também a implantação de um conjunto de seis novas usinas de álcool, instaladas sob a bandeira do Proálcool, contribuiu para a ampliação da participação do norte capixaba na produção estadual.

A descoberta de petróleo no norte do Estado em 1969, em São Mateus, foi outro impulso para a economia regional. A exploração, iniciada em nível comercial em 1973, teve grande expansão com a descoberta de gás natural. Em 1984 entrou em operação um gasoduto ligando os campos petrolíferos às indústrias consumidoras na Grande Vitória.

Em 2000 foram confirmados os indícios de que a costa sul capixaba abriga um grande lençol petrolífero, continuação da Bacia de Campos, segundo a empresa Shell Brasil S.A., operadora do bloco BC-10. Foi o primeiro poço a ser perfurado nesse bloco. Embora ainda não tenha sido feita a avaliação da extensão do lençol, a expectativa de um novo ciclo de investimentos a médio e longo prazo no Estado é grande.

A Petrobras produz hoje, em terra e mar capixabas, cerca de 700 mil metros cúbicos diários de gás natural, coloca-o no mercado através de gasoduto que liga São Mateus à Grande Vitória. Essa Companhia pretende aumentar essa disponibilidade, dadas as descobertas já realizadas. A maior parte desse volume será utilizada na geração de energia termelétrica no Norte do Estado, em parceria com a Escelsa, com capacidade de 150 megawatts (MW). A construção das duas usinas termelétricas fará o Espírito Santo chegar próximo à auto-suficiência em energia elétrica.

O Espírito Santo produz atualmente menos que 20% da energia elétrica consumida no Estado. Para melhorar essa situação, foi criado um consórcio entre a Petrobrás, a Companhia Vale do Rio Doce e a Espírito Santo Centrais Elétricas (Escelsa) para a construção de uma termelétrica em Vitória. A usina, orçada em US\$250 milhões, terá capacidade para gerar até 500 MW, com um consumo de gás natural da ordem de 2,2 milhões de m³ diários. A construção da termelétrica contribuirá para a viabilização do gasoduto Cabiúnas-Vitória, que interligará o litoral norte fluminense a Vitória, criando um novo mercado para o gás produzido na Bacia de Campos e ampliando a capacidade de geração de eletricidade na Região Leste do país.

A indústria de minerais não metálicos observou crescimento ao longo das últimas décadas tanto pela ampliação da produção de cimento, quanto pela ampliação da demanda por cal para as usinas de pelotização e para a siderurgia, e também pelo beneficiamento de pedras para construção (mármore e granitos).

O Espírito Santo é o maior exportador de mármore e granito da América Latina. Segundo levantamentos do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, o Espírito Santo era, em 1999, responsável por aproximadamente 39% das exportações brasileiras de rochas ornamentais e por 49% das vendas

ao exterior de placas beneficiadas. Possui uma das maiores reservas de mármore e granito do país, com uma grande variedade de cores. A extração do mármore e do granito está localizada em dois pólos distintos. O mais antigo fica no sul, na região de Cachoeiro do Itapemirim, onde se encontram muitas pedreiras de mármore e a maior parte do parque industrial de beneficiamento. Na região norte, desenvolve-se uma área de produção emergente onde se encontra o granito de diversas tonalidades.

A principal indústria alimentícia capixaba é a Garoto S.A., localizada no município de Vila Velha, na Região Metropolitana da Grande Vitória. A empresa foi criada em 1929, pelo imigrante alemão Henrique Meyerfreund. Começou suas atividades com balas e caramelos distribuídos no interior do Estado e, a partir de 1936, iniciou a industrialização do cacau e fabricou os primeiros chocolates. Hoje detém a posição de uma das três maiores indústrias de chocolate na América Latina. A empresa tem investido nos últimos anos em produção, logística e marketing. Foi construído um centro de armazenagem vertical – Centro de Distribuição do Espírito Santo (CDES). Esse centro tem operação automatizada, o que permitiu à empresa contar com economia e redução de tempo nas operações de armazenagem e expedição para todo o país, importante fator para as grandes demandas sazonais, como Páscoa e Natal. Adicionalmente, a automatização do CDES também possibilita a expedição dentro do sistema FIFO (First in, First out), permitindo melhor integridade dos produtos até o consumidor final.

A indústria têxtil e de confecções do Espírito Santo é composta basicamente por pequenas confecções instaladas nos municípios de Vila Velha, na Grande Vitória, e Colatina, norte do Estado, e pela empresa Braspérola S.A., instalada no município de Cariacica, também na Região da Grande Vitória. A Braspérola já é uma empresa consolidada no mercado internacional como produtora de linho e as pequenas empresas de confecção também estão buscando o mercado internacional. Atualmente, 65% das roupas produzidas no Estado são destinadas a outros Estados.

O café, principal produto agrícola capixaba, tem fama de ser de má qualidade. Para melhorar sua imagem e ganhar competitividade, foi instalado o Programa de Sustentabilidade do Café das Montanhas do Espírito Santo. Esse

programa visa expandir gradualmente a lavoura do café tipo arábica gourmet (especial), mais aceito internacionalmente, sendo que o tipo mais comum no Estado até então é o café tipo conilon. Além disso, outras medidas estão sendo introduzidas na produção do café visando melhorar a qualidade do produto, incluindo o treinamento dos produtores em colheitas do fruto maduro e o uso do processo de cereja descascada, para evitar a fermentação que prejudica o sabor da bebida.

Outro produto agrícola de destaque no Estado é o mamão papaia. É produzido no norte do Estado e ocupa, entre os produtos agrícolas, o segundo lugar em importância na pauta de exportação do Estado. O Espírito Santo, além de ser o maior produtor de mamão papaia no país, é o único Estado brasileiro com licença para vender no mercado norte-americano, por não haver risco de contaminação da chamada mosca-da-fruta.

A atividade turística é ainda pouco explorada, apesar de sua potencialidade. A região serrana de colonização italiana, alemã e suíça atrai turistas pelo clima frio, culinária típica e possibilidade de turismo ecológico. O litoral possui dois pólos. O do sul, mais antigo, tornou-se famoso pelas areias monazíticas no município de Guarapari. A exploração do litoral norte ocorreu mais recentemente, como continuação da exploração do litoral sul baiano.

A localização do Espírito Santo - entre os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia e como elo entre o Sudeste e o Centro-Oeste - tem propiciado vantagens competitivas de sua estrutura portuária por um grande número de empresas exportadoras e importadoras. O Espírito Santo participa do Corredor de Transportes Centro-Leste, que se caracteriza pelo escoamento pelos portos capixabas, através da articulação da ferrovia da Vale do Rio Doce com outros ramais da rede ferroviária nacional, dos produtos do polo industrial em Minas Gerais; da produção agrícola (arroz, soja, milho e outros), bovina e mineral do Cerrado; e da produção de rochas ornamentais, café, celulose e aço do Espírito Santo. Como resultado deste corredor foram implantados: a empresa Terminais Interportuários Ltda, para movimentação de café, mármore, granito e carga geral; o terminal de Grãos de Tubarão; o armazém de Grãos de Capuaba e três Estações Aduaneiras do Interior (Coimex, Terca e Silotec).

São cinco portos operando com grande capacidade de movimentação de cargas: Porto de Vitória, Porto de Ubu, Porto de Praia Mole, Porto de Tubarão e o Porto de Barra do Riacho.

O Porto de Vitória, administrado pela Companhia de Docas do Espírito Santo (Codesa), é composto por dois terminais: o de Capuaba, em Vila Velha, e o de Vitória. Os principais produtos de exportação no cais de Vitória são: café, papel, celulose e trigo. Já no cais de Capuaba são escoados os produtos: siderúrgico, mármore, granito, grãos, cacau, automóveis e motores, sal, fertilizantes e ferro-gusa.

O Porto de Ubu, da empresa Samarco Mineração S.A., está localizado no município de Anchieta. Embarca pelotas de minério de ferro transportado pela empresa por dutos desde Minas Gerais até a usina de pelotização, nos arredores do porto. A Samarco Mineração tem planos de implantar uma outra usina de pelotização na ponta de Ubu para capacidade de produção nominal na faixa de 4 milhões de toneladas/ano.

O Porto de Praia Mole, administrado por um condomínio formado pela Companhia Siderúrgica de Tubarão, Açominas, Usiminas e CVRD, é composto por dois terminais: o de Produtos Siderúrgicos e o de cargas. Embarca produtos siderúrgicos e carvão metalúrgico.

O Porto de Tubarão, operado pela CVRD, foi construído para o embarque e desembarque de minério de ferro e seus derivados, e está sendo adaptado para a exportação de grãos da região Centro-Leste.

O Porto de Barra do Riacho, no município de Aracruz, tem um terminal privativo, o Portocel, utilizado pela Aracruz Celulose. Além de celulose, embarca também sal.

O Espírito Santo conta com alguns fundos para intensificar os investimentos no Estado. O mais recente é a inclusão de 27 municípios da região norte na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) a partir de julho de 1998. Com isso, espera-se um aumento do número de investimentos nesses municípios visando os benefícios fiscais oferecidos pela Sudene, pelas prefeituras municipais e pelo governo do Estado. Os incentivos incluem, além de isenção do ICMS, abatimento de 75%, por 10

anos, no imposto de renda devido para as empresas que se instalarem até 2003. Após esse período, o desconto cai para 50% por mais 4 anos, e de 25% para os quatro anos seguintes.

O Fundo para Recuperação Econômica do Espírito Santo (Funres) é operado pelo Bandes, formado principalmente por deduções de 25% do IR cobrado sobre o lucro real de pessoas jurídicas e por 5% do ICMS devido pelas empresas capixabas. As verbas são destinadas para projetos de infraestrutura, turismo, transformação industrial, agroindústria, agricultura irrigada e serviços de logística.

O Fundo para o Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap), existente desde 1971, visa incentivar empresas com sede no Espírito Santo a importar e nacionalizar equipamentos pagando apenas Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) além de taxas aduaneiras. Com isso o Espírito Santo se tornou o maior importador nacional de veículos.

Por fim, o Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo (Fundes), regulamentado em agosto de 1997, é voltado para projetos a serem desenvolvidos no Estado e utiliza recursos do ICMS incidente sobre as atividades financiadas.

Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto (PIB) da Espírito Santo era, em 1998, aproximadamente R\$ 11,6 bilhões, o que representa 2,5% do PIB total da Região Sudeste e 1,5% do PIB total do País (Ipea). Essas participações apresentaram ligeira redução desde 1985 quando eram 2,9% e 1,7%, respectivamente (Tabela 7).

Se observada sua contribuição para a composição do PIB setorial, sua participação é maior no PIB da agropecuária brasileira, com 2,2%, em 1998, muito embora essa participação venha declinando desde 1985, quando era 2,7%. A indústria capixaba, que em 1985 abrigava 1,4% da produção industrial brasileira, em 1998 respondia por 1,3%. Vale observar que o maior declínio ocorreu em 1990, e que a partir de 1995 esse setor apresentou recuperação, quase atingindo o nível de 1985, sendo que os segmentos construção civil e serviços industriais de utilidade pública superaram suas participações de 1985

no total do país. O setor de serviços, como os demais, também apresentou ligeira redução de participação na composição do PIB setorial – respondia por 1,7% em 1985 e, em 1998, por 1,5%, com destaque para os segmentos administração pública e comunicações, os únicos a apresentarem crescimento nesse período: comunicações cresceu de 1,4% para 1,7% e administração pública, de 1,3% para 1,5%.

Tabela 7
Participação do Espírito Santo no PIB da Região Sudeste e do Brasil,
segundo Setores de Atividade
Estado do Espírito Santo
1985-1998

Setores de Atividade	Em porcentagem							
	1985		1990		1995		1998	
	Sudeste	Brasil	Sudeste	Brasil	Sudeste	Brasil	Sudeste	Brasil
Agropecuária	7,0	2,7	6,8	2,5	6,9	2,4	6,1	2,2
Indústria	2,1	1,4	1,6	1,1	1,8	1,2	2,0	1,3
Indústria Geral	2,3	1,5	1,8	1,2	2,0	1,4	2,2	1,5
Construção Civil	1,0	0,6	1,0	0,7	1,1	0,7	1,3	0,8
Serv. Ind. de Util. Pública	2,0	1,2	1,8	1,0	2,2	1,2	2,5	1,4
Serviços	2,9	1,7	2,4	1,4	2,6	1,5	2,4	1,5
Comércio	3,7	2,0	3,4	1,7	3,0	1,5	2,5	1,3
Transportes	5,1	3,1	4,9	3,0	5,2	3,2	4,7	2,9
Comunicações	2,3	1,4	2,5	1,5	2,8	1,7	2,8	1,7
Instituições Financeiras	2,6	1,4	1,1	0,7	1,3	0,8	1,3	0,8
Administração Pública	2,6	1,3	2,6	1,4	3,0	1,5	2,8	1,5
Aluguéis	2,4	1,5	2,7	1,7	2,3	1,5	2,2	1,5
Outros Serviços	2,2	1,4	2,3	1,4	2,3	1,4	2,2	1,4
Subtotal	2,8	1,7	2,3	1,4	2,5	1,5	2,5	1,5
Dummy Financeira	2,6	1,4	1,1	0,7	1,3	0,8	1,3	0,8
PIB a Custo de Fatores	2,9	1,7	2,5	1,5	2,6	1,5	2,5	1,5

Fonte: Ipea – Produto Interno Bruto por Unidade da Federação – 1985/98

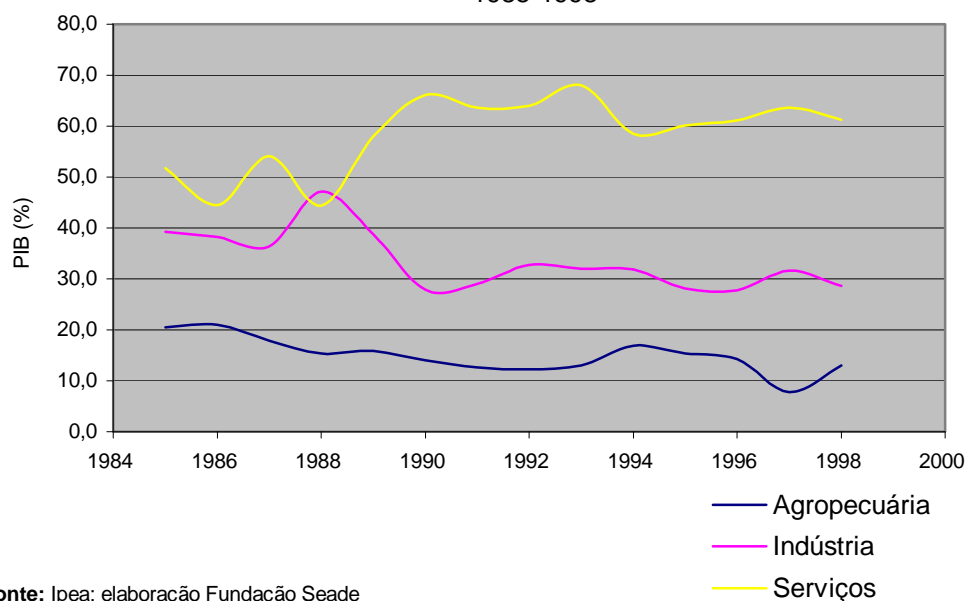
Em sua estrutura de produção, em 1998, observa-se que o setor de Serviços foi o setor responsável pela geração da maior parte do PIB do Estado - 61,3%, seguido pela Indústria e Agropecuária, com 28,6% e 13%, respectivamente (Tabela 8). A participação do setor de serviços cresceu nos últimos quinze anos, de forma mais acentuada no final da década de 80 até 1993 (Gráfico 1). Em 1985, a participação desse setor era de 51,8%, alcançando 68% em 1993 e, a partir de 94, com o início do Plano Real, caindo para 58,5%. Nos anos seguintes apresentou oscilações entre 60% e 63%, nível em que se estabilizou.

No setor de serviços, o segmento instituições financeiras foi o que apresentou maior oscilação e queda, de 11,4% para 3,5%, devido à

reestruturação que ocorreu nesse segmento após o Plano Real, seguido do segmento comércio, que teve sua participação reduzida em quase 50% entre 1985 e 1998. Destaca-se, no setor de serviços, a alta significativa apresentada pelos segmentos aluguéis, administração pública e comunicações nesse período: o de aluguéis quase quintuplicou sua participação entre 1985 e 1998 (de 3,4% para 16%), administração pública mais que dobrou sua participação no mesmo período (de 6,2% para 15,5%) e o de comunicações triplicou sua participação (de 1% para 3%).

Na indústria observa-se crescimento na participação dos segmentos construção civil, de 2,3% em 1985 para 5,7%, em 1998, e serviços de utilidade pública, de 1,7% para 2,5% no mesmo período. Em contrapartida, a indústria geral, embora se destaque com participação de 20,4% do PIB estadual, perdeu participação desde 1985, quando era responsável por 35,3%. Esse quadro deve apresentar alterações no futuro em função dos investimentos industriais para os próximos anos. A agricultura vem perdendo espaço desde 1985, quando contribuía com 20,5% do PIB capixaba, sendo sua participação em 1998 de 13%.

Gráfico 1
Evolução da Estrutura do PIB
Espírito Santo
1985-1998



Fonte: Ipea; elaboração Fundação Seade

Tabela 8
Estrutura do PIB, segundo Setores de Atividade
Estado do Espírito Santo
1985-98

Setores de Atividade	Em porcentagem													
	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Agropecuária	20,5	21,0	17,8	15,4	15,8	14,1	12,6	12,3	13,1	16,9	15,3	14,2	7,7	13,0
Indústria	39,3	38,2	36,4	47,1	38,8	27,9	29,0	32,7	32,0	31,9	28,2	27,7	31,6	28,6
Indústria Geral	35,3	33,8	30,4	42,9	33,1	22,6	23,9	27,6	25,4	25,4	21,8	20,2	22,9	20,4
Construção Civil	2,3	2,9	3,2	2,6	3,9	3,5	3,3	3,4	4,4	4,2	4,4	5,4	6,3	5,7
Serv. Ind. de Util. Pública	1,7	1,5	2,7	1,7	1,9	1,8	1,8	1,7	2,2	2,3	2,0	2,1	2,4	2,5
Serviços	51,8	44,5	54,2	44,4	57,9	66,1	63,7	64,0	68,0	58,5	60,1	61,1	63,6	61,3
Comércio	11,3	10,2	9,6	8,0	9,1	12,5	9,5	9,3	9,7	9,0	8,6	6,9	7,0	6,0
Transportes	8,4	7,4	8,5	7,4	8,3	8,6	8,2	7,9	8,2	6,9	7,2	6,3	6,7	5,9
Comunicações	1,0	0,8	1,3	1,2	1,7	1,4	1,3	1,5	1,8	1,5	1,7	2,0	2,6	3,0
Instituições														
Financeiras	11,4	4,0	8,5	6,9	12,5	8,2	5,6	9,5	13,5	7,9	4,3	3,7	3,5	3,5
Adm. Pública	6,2	6,8	7,2	6,5	9,7	17,2	15,4	14,2	15,2	15,4	16,7	16,6	15,7	15,5
Aluguéis	3,4	5,1	7,5	4,3	4,1	7,5	12,3	10,1	7,1	7,0	10,6	14,4	16,3	16,0
Outros Serviços	10,2	10,4	11,5	10,1	12,5	10,7	11,3	11,5	12,4	10,7	11,0	11,2	11,8	11,3
Subtotal	111,6	103,8	108,4	106,9	112,6	108,1	105,3	109,0	113,1	107,3	103,6	103,0	102,9	102,9
Dummy Financeira	-11,6	-3,8	-8,4	-6,9	-12,6	-8,1	-5,3	-9,0	-13,1	-7,3	-3,6	-3,0	-2,9	-2,9
PIB a Custo de Fatores	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Ipea – Produto Interno Bruto por Unidade da Federação – 1985-98.

Evolução do Emprego

É possível realizar uma análise da estrutura da distribuição da população ocupada segundo ramos de atividade nas áreas urbanas do Estado do Espírito Santo por meio dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/IBGE – Tabela 9, que mostram estar havendo um crescimento da população ocupada no Estado a uma taxa de 2,1% a.a. entre 1992 e 1999, ou seja, 127 mil novos empregos.

O aumento da população ocupada no Espírito Santo ocorreu, principalmente, devido às atividades relacionadas a serviços, as quais apresentaram as maiores taxas de crescimento, no período entre 1992/99. Embora os segmentos serviços auxiliares e administração pública não sejam os que mais empregam, foram os que apresentaram as maiores taxas anuais de crescimento no período analisado, 5,3% a.a. e 3,4% a.a., respectivamente. Entretanto, de serviços de modo geral, o qual abrange diversas atividades, junto com comércio concentram a maior parte do total da população ocupada (72,3%) do Estado.

Tabela 9
População Ocupada em Atividades Não-Agrícolas, Residente em Áreas Urbanas,
segundo Ramos de Atividade
Estado do Espírito Santo
1992-1999

Ramos de Atividade	Em 1.000 pessoas							1992/99 (% a.a.)
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	
Total	753	773	819	835	811	866	880	2,1 ***
Indústria de Transformação	107	120	114	125	118	113	119	0,7
Indústria da Construção	72	82	90	81	84	85	83	1,4
Outras Atividades Industriais	26	22	20	18	21	23	28	0,6
Comércio de Mercadorias	121	120	146	135	146	132	159	3,2 ***
Prestação de Serviços	205	198	205	215	206	218	230	1,6 ***
Serviços Auxiliares	32	35	31	37	33	41	52	5,3 **
Transporte ou Comunicação	39	34	43	41	42	50	39	2,3
Serviços Sociais	89	94	97	102	98	122	102	2,9 **
Administração Pública	45	48	53	62	53	62	55	3,4 **
Outras Atividades	15	19	20	20	8	21	13	-3,3

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Urbano, IE/Unicamp. Janeiro/2000.

***, **, * indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimada pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

As atividades industriais também apresentaram taxas anuais de crescimento positivas, embora mais baixas. A indústria da construção apresentou crescimento de 1,4% a.a., a indústria de transformação, 0,7% a.a. e serviços industriais, 0,6% a.a. Esses dois últimos segmentos foram os únicos a apresentarem taxas de crescimento abaixo de 1% a.a.

Analisando o crescimento em números absolutos destacam-se os segmentos comércio de mercadorias, prestação de serviços e serviços auxiliares: 38 mil, 25 mil e 20 mil novos postos de trabalho, respectivamente.

A Tabela 10 apresenta a distribuição da população ocupada por setores de atividades em áreas urbanas. O emprego doméstico e a construção são os setores que mais empregam no Espírito Santo, sendo, que juntas, essas duas atividades são responsáveis por aproximadamente 20% do total do pessoal ocupado no Estado.

Analisando as taxas de crescimento, observa-se que as atividades relacionadas a serviços e comércio foram as que mais cresceram, tais como serviços comerciais (10% a.a.), comércio de varejo (9,5% a.a.), clínicas e ambulatórios (9,3% a.a.), supermercados (9,1% a.a.), comércio de artigos de construção (7,3% a.a.) e polícia militar (6,5% a.a.).

No outro extremo, as atividades que apresentaram taxas anuais de crescimento negativas entre 1992 e 1999 foram: alfaiataria (-2,7% a.a.), serviços de contabilidade e economia (-2,6% a.a.), indústria de metais (-1,7% a.a.), comércio de alimentos (-1,3% a.a.), comércio ambulante (-0,7% a.a.) e serviços de saúde pública (-0,5% a.a.). Entretanto, nem todas essas atividades apresentaram decréscimo em números absolutos. Dessas, apenas os segmentos alfaiataria, comércio de alimentos e comércio ambulante apresentaram queda: três mil, dois mil e um mil, respectivamente. Além dessas, as atividades transporte público e serviços pessoais também registram decréscimo (mil em ambas) no período de 1992 a 1999.

A Tabela 11 mostra a população ocupada, em áreas urbanas, por tipo de ocupação no Espírito Santo. Nesse caso, serviços domésticos, balconistas

atendentes, pedreiro, motorista e ajudante administrativo são as ocupações de maior número no Estado. Analisando a taxa de crescimento anual, observa-se que as ocupações que mais cresceram, entre 1992 e 1999, foram: atendentes de serviços (13,8% a.a.), empregador em comércio (12,8% a.a.), marmorista em fábrica (7,8% a.a.), provedor de serviços (6,6% a.a.) e cozinheiro não doméstico (6,6% a.a.). Entretanto, as ocupações que apresentaram maior aumento, nesse período, em números absolutos foram os de balconistas atendentes (18 mil novas ocupações), pedreiro (15 mil), atendentes de serviços (14 mil), empregador em comércio (12 mil), serviços domésticos (11 mil) e motorista (10 mil). Entre as ocupações que sofreram decréscimo no Estado do Espírito Santo, destaca-se a de costureiro alfaiate, com uma taxa de crescimento anual de - 6,9% a.a. (10 mil vagas).

Tabela 10
População Ocupada em Atividades Não-Agrícolas, Residentes em Áreas Urbanas,
segundo Setores de Atividade – PEA restrita
Estado do Espírito Santo
1992-1999

Setores de Atividade	Em 1.000 pessoas							1992/99 (% a.a.)
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	
Emprego Doméstico	77	68	70	88	76	83	92	3,1 **
Construção	72	82	90	81	84	85	83	1,4
Estab. de Ensino								
Público	31	45	36	43	38	47	40	2,7
Restaurantes	31	34	35	39	46	43	35	3,3 *
Assist. Técnica –								
Veículos	19	19	23	20	19	16	27	1,6
Administração Municipal	22	22	27	27	26	31	27	3,9 ***
Comércio Ambulante	26	24	30	22	23	25	25	-0,7
Comércio Alimentos	27	23	27	29	23	23	25	-1,3
Comércio Vestuário	16	16	25	20	23	18	24	4,1 *
Indústria Transformação	21	23	22	26	27	17	24	0,1
Indústria Alimentos	20	24	23	23	22	24	22	0,6
Ensino Privado	14	13	10	12	18	17	17	4,3
Indústria - Metais	17	18	17	19	18	13	17	-1,7
Transporte de Carga	14	12	15	19	20	18	15	4,5 *
Supermercados	7	8	9	16	15	9	15	9,1 **
Clínicas e Ambulatórios	7	8	16	11	11	15	14	9,3 ***
Alfaiataria	17	19	17	13	15	18	14	-2,7
Transporte Público	15	13	17	16	14	22	14	2,1
Comércio Art.								
Construção	6	7	10	8	9	9	12	7,3 ***
Comércio de Varejo	7	5	6	7	7	10	12	9,5 **

Serv. Contabilidade e Econ.	7	9	5	7	5	3	11	-2,6
Serviços Pessoais	11	9	11	10	12	15	10	2,6
Serviços Residenciais	8	9	6	7	8	12	10	3,7
Serviços Comerciais	4	4	4	6	5	4	10	10,0 **
Polícia Militar	6	5	7	10	8	7	10	6,5 ***
Comércio Combustíveis	5	-	4	5	7	4	9	
Indústria de Madeiras	5	9	8	9	11	6	9	2,9
Serviços de Saúde Pública	7	14	8	11	9	10	9	-0,5
Assist. Técnica – Aparelhos	4	9	5	6	5	3	8	0,1
Serviços Jurídicos	-	4	3	4	-	6	8	
Sub-total	531	557	585	611	606	620	646	2,6 ***
Total	753	773	819	835	811	866	880	2,1 ***

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Urbano, IE/Unicamp. Janeiro/2000.

***, **, * indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pela coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Tabela 11
População Ocupada em Atividades Não-Agrícolas, Residente em Áreas Urbanas,
segundo a Ocupação Principal – PEA restrita
Estado do Espírito Santo
1992-1999

Em 1.000 pessoas

Ocupação Principal	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	1992/99 % a. a.
Serviços Domésticos	63	56	55	73	64	66	74	2,8 *
Balconistas								
Atendentes	45	44	39	51	51	44	63	3,6 *
Pedreiro	30	40	38	36	41	40	45	3,9 ***
Motorista	21	24	29	36	30	34	31	5,9 ***
Ajudante								
Administrativo	29	25	29	27	27	29	27	0,1
Serviços Conta Própria	31	25	28	28	32	25	27	-0,7
Diversos	35	31	28	26	18	31	27	-4,1
Empregador -								
Comércio	12	9	15	19	22	19	24	12,8 ***
Ajudante Diversos	16	20	17	17	18	14	23	1,0
Atendentes de								
Serviços	7	7	15	10	12	12	21	13,8 ***
Servente Faxineiro	21	22	22	22	23	25	21	0,5
Ajudante Pedreiro	21	20	28	23	26	32	16	0,3
Ajudante Mec.								
Veículos	9	13	10	8	11	6	15	-0,4
Professor Prim. Grau								
Inicial	13	14	12	11	9	11	15	-1,6
Ambulante – Outros	15	15	20	13	14	19	15	0,7
Provedor Serviços	8	6	4	7	7	9	13	6,6
Guarda – Vigia	12	8	8	17	9	11	11	1,9
Costureiro Alfaiate	21	19	20	15	15	19	11	-6,9 **
Cozinheiro (não-doméstico)	6	10	13	13	15	12	10	6,6
Ajudante Mec. de								
Máquina	7	7	6	6	5	5	10	-0,1
Padeiro (Empregado)	-	-	3	7	4	9	9	
Praça Militar	7	6	7	9	8	6	8	2,6
Babá	-	-	4	5	-	3	8	
Marmorista (Fábrica)	3	6	4	8	7	4	8	7,8 *
Auxiliar Serv. Médico	6	7	5	5	8	5	8	0,8
Chefias e Assistentes	7	9	11	7	3	8	8	-4,4
Professor Segundo								
Grau	3	4	-	3	5	5	8	
Dirigente Adm. Pública	-	4	7	6	6	14	7	
Copeiro Balconista	6	8	7	13	15	12	7	6,3
Provedor Serviços								
Lazer	-	3	-	4	-	6	7	
Sub-Total	458	466	485	524	503	538	572	3,0 ***

Total **753** **773** **819** **835** **811** **866** **880** **2,1** *******

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Urbano, IE/Unicamp. Janeiro/2000.

***, **, * indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

As Tabelas 12 e 13 mostram a evolução do emprego formal no Estado do Espírito Santo. Observa-se que, de 1986 a 1997, o número de postos de trabalho aumentaram 66.637, enquanto o número de novos estabelecimentos aumentou 22.519. Em 1986, a média de postos de trabalho por estabelecimento era de 16,4; em 97 essa média caiu para 9,5. Isso significa um crescimento de estabelecimentos muito maior do que a de postos de trabalho. De fato, pela Tabela 12 observa-se que o número de estabelecimentos cresceu 105,7% entre 1986 e 1997 enquanto o número de postos de trabalho cresceu apenas 19% no mesmo período. Isso pode ser decorrência de três fatores: criação de microempresas, mudança de gestão e o emprego maior de tecnologia.

Tabela 12

Evolução do Emprego Formal e do Número de Unidades Locais, segundo Ramos de Atividade
Estado do Espírito Santo
1986 – 1997

Ramos de Atividade	1986		1997		1997 / 1986 (%)	
	UL	PO	UL	PO	UL	PO
Total	21.302	350.169	43.821	416.806	105,7	19,0
Extrativa Mineral	149	13.727	423	5.292	183,9	-61,4
Indústria de	2.865	63.214	4.587	62.475	60,1	-1,2
Serv. Ind. de Util. Pública	95	4.482	186	5.506	95,8	22,8
Construção Civil	498	19.691	1.948	36.107	291,2	83,4
Comércio	8.009	49.776	17.476	81.178	118,2	63,1
Setor de Serviços	9.506	194.860	14.749	208.228	55,2	6,9
Agricult., Silvicultura, Criação de Animais. Extr.	146	4.059	4.362	17.870	2.887,7	340,3
Outros	34	360	90	150	164,7	-58,3

Fonte: Ministério do Trabalho.

Deve-se observar ainda que todos os setores apresentaram aumento em número de estabelecimentos, sendo que o mesmo não ocorreu com o número de postos de trabalho, pois os ramos extrativo mineral, indústria de transformação e outros apresentaram queda. Desses, destaca-se o ramo extrativo mineral, em que ocorreu redução de 61%, aproximadamente 8.500 postos de trabalho a menos, no período analisado.

Os ramos agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca, construção civil e comércio são responsáveis pelas maiores taxas de

crescimento no período 1986/1997. O primeiro apresentou crescimento de aproximadamente 4.216 novos estabelecimentos (2.900%) e 13.811 novos postos de trabalho (340%), na construção civil houve crescimento de 1.540 novos estabelecimentos (291,2%) e 16.416 novos postos de trabalho (83,4%), e no comércio foram criados 9.467 novos estabelecimentos (118,2%) e 31.402 novos postos de trabalho (63,1%).

As atividades que oferecem maior número de postos de trabalho são o setor de serviços, que oferece 50% do emprego formal do Estado, e o comércio, com aproximadamente 19,5%. Juntos, esses dois ramos somam aproximadamente 70% dos empregos formais do Espírito Santo. Em seguida, tem-se indústria de transformação (15%) e construção civil, com 8,7%. Observa-se, então, que apenas quatro ramos empregam mais de 90% do total do Estado.

Analisando os segmentos da indústria de transformação (Tabela 13), exceto o segmento indústria da madeira e do mobiliário, todos os segmentos apresentaram crescimento no número de estabelecimentos, no período de 1986 a 1997. Entretanto, nesse mesmo período, metade dos segmentos apresentaram redução de postos de trabalho, incluindo algumas das principais indústrias do Estado, como: metalúrgica (4.202), da madeira e do mobiliário (3.813) e de papel, papelão, editorial e gráfica (396). Em contrapartida, os que apresentaram maiores taxas de crescimento entre 1986 e 1997, foram: materiais de transporte (126,5%), minerais não metálicos (42%) e mecânica (42%).

Ainda na indústria, os segmentos que mais empregam são produtos alimentares e bebidas (14.162), indústria têxtil, vestuário e artefatos de tecidos (11.761), indústria de minerais não metálicos (11.420), metalurgia (8.386) e indústria da madeira e do mobiliário (6.082). O único segmento a apresentar um aumento na média de P.O. por estabelecimento foi a indústria de material de transporte – todos os demais apresentaram diminuição de emprego por estabelecimento.

Em serviços e comércio, setores que apresentam maior oferta de trabalho, destacam-se os segmentos administração pública direta e autárquica e comércio varejista. Esses dois segmentos foram responsáveis por mais de um terço da oferta de trabalho do Estado, em 1997. No ramo de comércio, o

segmento comércio varejista sobressai-se como responsável por mais de 80% dos postos de trabalho do total do comércio em 1997, nível que tem se mantido desde 1986.

Entretanto, a administração pública direta e autárquica apresentou redução na oferta de trabalho, desde 1986, de 23.409 postos de trabalho, o que representa uma redução de aproximadamente 25%. Deve-se observar também que esse segmento apresentou um grande aumento na média de postos de trabalho por estabelecimento, de 26,1 para 229,1 P.O./estabelecimento, pelo fato de que a redução no número de estabelecimentos foi muito superior ao do pessoal empregado.

Dois outros segmentos que apresentaram redução na oferta de emprego foram instituições de crédito, seguro etc. e serviços de alojamento, alimentação etc., de 2.497 (-22%) e 937 (-3%), respectivamente. Isto é provavelmente devido à reestruturação e informatização do setor bancário e uma forte queda dos postos de trabalho formalizados nos serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção etc.

Cabe observar também que os segmentos serviços médicos, odontológicos e veterinários, ensino e comércio atacadista foram os que apresentaram as maiores taxas de crescimento entre 1986 e 1997: 659%, 543% e 95%, respectivamente.

Examinando a evolução da média de postos de trabalho por estabelecimento, percebe-se que, além dos já citados administração pública e indústria do material de transporte, poucos segmentos apresentaram aumento no número de empregos por estabelecimento, entre 1986 e 1997: ensino, de 11,7 para 18 P.O. por estabelecimento, comércio atacadista, de 9,1 para 9,4 P.O. por estabelecimento e serviços médicos, odontológicos e veterinários, de 7,9 para 8,1 P.O. por estabelecimento.

Tabela 13
Evolução do Emprego Formal e do Número de Unidades Locais, segundo Ramos de Atividade
Estado do Espírito Santo
1986 – 1997

Ramos de Atividade	1986		1990		1995		1997		1990/1986 (%)		1995 / 1990		1997 / 1995		1997 / 1986			
	UL	PO	UL	PO	UL	PO.	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO		
Total	21.302	350.169	24.478	382.367	35.638	420.547	43.821	416.806	14,9	9,2	45,6	10,0	23,0	-0,9	105,7	19,0		
Extrativa Mineral	149	13.727	207	6.083	396	5.759	423	5.292	38,9	-55,7	91,3	-5,3	6,8	-8,1	183,9	-61,4		
Ind. de Produtos Miner. Não Metálicos	339	8.036	481	8.461	677	9.816	804	11.420	41,9	5,3	40,7	16,0	18,8	16,3	137,2	42,1		
Indústria Metalúrgica	219	12.588	240	10.070	297	8.214	388	8.386	9,6	-20,0	23,8	-18,4	30,6	2,1	77,2	-33,4		
Indústria Mecânica	65	1.112	115	1.049	88	1.679	96	1.573	76,9	-5,7	-23,5	60,1	9,1	-6,3	47,7	41,5		
Ind. Material Eletr. e de Comunicação	29	759	67	901	39	586	34	338	131,0	18,7	-41,8	-35,0	-12,8	-42,3	17,2	-55,5		
Indústria do Material de Transporte	51	533	46	450	90	642	88	1.207	-9,8	-15,6	95,7	42,7	-2,2	88,0	72,5	126,5		
Indústria da Madeira e do Mobiliário	662	9.895	626	6.459	528	4.899	632	6.082	-5,4	-34,7	-15,7	-24,2	19,7	24,1	-4,5	-38,5		
Ind. do Papel, Papelão, Edit. e Gráfica	141	3.351	183	3.771	210	4.294	240	2.955	29,8	12,5	14,8	13,9	14,3	-31,2	70,2	-11,8		
Ind. Borracha, Fumo, Couros, Peles, Similares, Ind. Div.	112	1.026	112	993	122	980	124	927	0,0	-3,2	8,9	-1,3	1,6	-5,4	10,7	-9,6		
Indústria Química de Produtos Farm., Veterinária, Perf., Sabão	74	1.678	91	1.613	129	1.854	170	2.249	23,0	-3,9	41,8	14,9	31,8	21,3	129,7	34,0		
Ind. Têxtil do Vest. e Artef. de Tecidos	589	8.624	773	10.101	866	10.897	1.080	11.761	31,2	17,1	12,0	7,9	24,7	7,9	83,4	36,4		
Indústria de Calçados	34	2.650	66	1.916	40	1.376	36	1.415	94,1	-27,7	-39,4	-28,2	-10,0	2,8	5,9	-46,6		
Ind. de Produtos Alimentares, Bebidas e Álcool Etilíco	550	12.962	548	14.757	696	15.534	895	14.162	-0,4	13,8	27,0	5,3	28,6	-8,8	62,7	9,3		
Serv. Industriais de Utilidade Pública	95	4.482	201	5.337	201	5.868	186	5.506	111,6	19,1	0,0	9,9	-7,5	-6,2	95,8	22,8		
Construção Civil	498	19.691	1.096	22.363	1.930	26.840	1.948	36.107	120,1	13,6	76,1	20,0	0,9	34,5	291,2	83,4		
Comércio Varejista	7.209	42.491	8.169	43.333	11.975	57.002	15.964	66.976	13,3	2,0	46,6	31,5	33,3	17,5	121,4	57,6		
Comércio Atacadista	800	7.285	891	8.310	1.378	10.724	1.512	14.202	11,4	14,1	54,7	29,0	9,7	32,4	89,0	94,9		
Instituições de Crédito ,Seguros e Capitalização	364	11.625	340	12.635	512	11.308	567	9.128	-6,6	8,7	50,6	-10,5	10,7	-19,3	55,8	-21,5		
Com. Adm. Imov., Val. Mov., Serviço Tec. Prof. etc.	1.424	25.635	2.382	31.275	3.528	25.515	4.506	28.417	67,3	22,0	48,1	-18,4	27,7	11,4	216,4	10,9		
Transportes e Comunicações	730	21.016	608	27.122	1.308	35.011	1.428	31.421	-16,7	29,1	115,1	29,1	9,2	-10,3	95,6	49,5		
Serviços Aloj., Alimentação, Reparo Manutenção, Red, Rádio, Tv	2.863	37.054	3.109	44.326	3.568	34.869	4.818	36.117	8,6	19,6	14,8	-21,3	35,0	3,6	68,3	-2,5		
Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários	335	2.640	622	4.336	1.903	19.908	2.485	20.034	85,7	64,2	205,9	359,1	30,6	0,6	641,8	658,9		
Ensino	151	1.773	158	2.472	512	14.076	632	11.403	4,6	39,4	224,1	469,4	23,4	-19,0	318,5	543,1		
Administr. Pública Direta e Autárquica	3.639	95.117	888	85.325	267	93.410	313	71.708	-75,6	-10,3	-69,9	9,5	17,2	-23,2	-91,4	-24,6		
Agríc., Silvic., Criação Animais, Extrativo Vegetal, Pesca	146	4.059	604	6.262	3.691	16.699	4.362	17.870	313,7	54,3	511,1	166,7	18,2	7,0	7	340,3		
Outros	34	360	1.855	22.647	687	2.787	90	150	5.355,	6.190,	9	8	-63,0	-87,7	-86,9	-94,6	164,7	-58,3

Fonte: Ministério do Trabalho.

A Tabela 14 mostra a distribuição do emprego entre os grupos masculino e feminino no Espírito Santo. Observa-se que aproximadamente 64% dos postos de trabalho são ocupados por homens. A predominância de empregados do sexo masculino pode ser observada em todos os setores, exceto em administração pública, em que a presença feminina é a maioria, com 63,5%. Nos setores mais “tradicionalmente masculinos” ocorre a prevalência masculina nos postos de trabalho, como por exemplo na indústria extrativa-mineral, com 93,8%, na construção civil (93,8%) e na agropecuária (90,8%).

É nos segmentos comércio, serviços e outros/ignorados que, apesar da maior presença masculina, ocorre uma tendência para equilíbrio entre os dois grupos. Nesses, as proporções entre homens e mulheres são 1,9, 1,5 e 1,4, respectivamente.

Tabela 14
Emprego Formal, por Sexo, segundo Grandes Grupos
Estado do Espírito Santo
1997

Setores	Número de Estabelecimentos	Empregados			Proporção Homens/Mulheres
		Total	(%) Masculino	(%) Feminino	
Total	43.738	415.907	63,9	36,3	1,8
Indústria Extrativa-Mineral	422	5.291	93,8	6,2	15,1
Indústria de Transformação	4.579	62.626	73,0	27,0	2,7
Serv. Ind. de Util. Pública	185	5.500	85,1	15,1	5,6
Construção Civil	1.943	35.623	93,8	6,3	14,8
Comércio	17.437	78.816	66,1	34,0	1,9
Serviços	14.418	136.668	59,4	40,7	1,5
Administração Pública	306	73.323	37,4	63,5	0,6
Agropecuária	4.358	17.910	90,8	9,3	9,8
Outros ou Ignorado	90	150	58,7	41,3	1,4

Fonte: Ministério do Trabalho – Rais/1997.

As próximas tabelas apresentam a distribuição espacial do emprego formal no Espírito Santo, em 1997. A Tabela 15 mostra a distribuição do emprego formal por regionalização Paer. Observa-se que pouco mais da metade dos estabelecimentos encontra-se no interior do Estado (52,7%), enquanto aproximadamente 60% da população ocupada encontra-se na Região Metropolitana da Grande Vitória. Como a Região Metropolitana concentra

grande parte da indústria capixaba, é natural que abrigue a maioria dos postos de trabalho do Estado.

Tabela 15
Distribuição do Emprego Formal e de Unidades Locais, por Região Paer, segundo Ramos de Atividade
Estado do Espírito Santo
1997

Ramos de Atividade	Estabelecimentos			PO		
	Região Metropolitana da Grande Vitória	Demais Regiões do Estado do Espírito Santo	Total	Região Metropolitana da Grande Vitória	Demais Regiões do Estado do Espírito Santo	Total
Total	47,3	52,7	100,0	60,7	39,3	100,0
Extrativa Mineral	14,7	85,3	100,0	10,4	89,6	100,0
Indústria de Produtos Miner. Não-Metálicos	23,1	76,9	100,0	25,1	74,9	100,0
Indústria Metalúrgica	56,4	43,6	100,0	80,0	20,0	100,0
Indústria Mecânica	44,8	55,2	100,0	35,4	64,6	100,0
Indústria de Material Eletr. e de Comunicação	76,5	23,5	100,0	88,5	11,5	100,0
Indústria de Material de Transporte	51,1	48,9	100,0	74,1	25,9	100,0
Indústria de Madeira e de Mobiliário	30,5	69,5	100,0	21,5	78,5	100,0
Indústria de Papel, Papelão, Edit. e Gráfica	56,7	43,3	100,0	41,0	59,0	100,0
Indústria Borracha, Fumo, Couros, Peles, Sim., Ind. Div.	52,4	47,6	100,0	57,3	42,7	100,0
Indústria Química de Prod Farm., Veter., Perf., Sabão	67,1	32,9	100,0	83,5	16,5	100,0
Indústria Têxtil do Vest. e Artif. de Tecidos	55,6	44,4	100,0	46,7	53,3	100,0
Indústria de Calçados	27,8	72,2	100,0	44,5	55,5	100,0
Indústria de Prod. Alim., Beb. e Álcool Etílico	44,0	56,0	100,0	55,6	44,4	100,0
Serviços Industriais de Utilidade Pública	15,1	84,9	100,0	44,4	55,6	100,0
Construção Civil	56,3	43,7	100,0	82,8	17,2	100,0
Comércio Varejista	47,1	52,9	100,0	56,9	43,1	100,0
Comércio Atacadista	64,4	35,6	100,0	55,6	44,4	100,0
Instituições de Crédito, Seguros e Capitalização	56,6	43,4	100,0	73,1	26,9	100,0

Com. Adm. Imov., Val. Mov., Serviço Tec. Prof. etc.	65,5	34,5	100,0	76,4	23,6	100,0
Transportes e Comunicações	48,9	51,1	100,0	75,8	24,2	100,0
Serviços Alojам., Alim., Rep. e Manu. Red., Rádio, TV.	53,2	46,8	100,0	69,3	30,7	100,0
Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários	64,1	35,9	100,0	74,9	25,1	100,0
Ensino	66,5	33,5	100,0	70,0	30,0	100,0
Administração Pública Direta e Autárquica	29,4	70,6	100,0	58,5	41,5	100,0
Agric., Silvic., Criação Animais, Extr. Veg., Pesca	7,3	92,7	100,0	10,2	89,8	100,0
Outros	58,9	41,1	100,0	67,3	32,7	100,0

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Rais 1997.

A extração mineral está praticamente fora da Região Metropolitana da Grande Vitória: 89,6% de P.O. e 85,3% dos estabelecimentos encontram-se no interior do Estado. A indústria de pedras ornamentais está nos municípios de Cachoeiro de Itapemirim e Anchieta (sul do Estado) e também no norte do Estado, e as atividades da Petrobrás encontram-se ao norte do Estado, no município de São Mateus. Da mesma forma, as atividades relacionadas a agricultura, silvicultura etc. também encontram-se concentradas no interior do Estado, tanto em número de estabelecimentos (92,7%) quanto em pessoal ocupado (89,8%).

A indústria de transformação segue a distribuição espacial das grandes empresas. Na Região Metropolitana da Grande Vitória estão concentradas as indústrias metalúrgica (80% de P.O. e 56,4% dos estabelecimentos), de material elétrico e de comunicação (88,5% de P.O. e 76,5% dos estabelecimentos), de material de transporte (74,1% de P.O. e 51,1% dos estabelecimentos), química de produtos farmacêuticos, etc. (83,5% de P.O. e 67,1% dos estabelecimentos) e de produtos alimentares, bebidas e álcool etílico (55,6% de P.O. e 44% dos estabelecimentos).

No interior do Estado, sobressaem-se as indústrias de produtos minerais não metálicos (74,9% de P.O. e 76,9% dos estabelecimentos), de madeira e de mobiliário (78,5% de P.O. e 69,5% dos estabelecimentos), de papel, papelão etc. (59% de P.O. e 43,3% dos estabelecimentos).

As indústrias de calçados e de produtos alimentares, bebidas etc. apresentam uma distribuição equilibrada entre a Região Metropolitana da Grande Vitória e o interior do Estado, muito embora a maior indústria de alimentos do Espírito Santo se encontre na RMV.

Em serviços, a Região Metropolitana da Grande Vitória se apresenta como concentradora em todos os segmentos se observado o pessoal empregado, cuja participação no total do Estado engloba em média 70%. Com relação ao número de estabelecimentos, observa-se uma distribuição mais equilibrada, com ligeiro predomínio da Região Metropolitana da Grande Vitória.

A Tabela 16 apresenta a distribuição do emprego formal no Espírito Santo por mesorregiões. Esses dados confirmam a Região Metropolitana da Grande

Vitória como concentradora do mercado de trabalho formal no Estado: a mesorregião Central Espírito-Santense, que engloba a RMV, detém 58,6% dos estabelecimentos e 68,1% de pessoal ocupado total do Estado. As mesorregiões Sul Espírito-Santense e Litoral Norte Espírito-Santense apresentam um certo equilíbrio entre si: a primeira com 16% dos estabelecimentos e 11,5% de pessoal ocupado, e a segunda com 13,8% dos estabelecimentos e 11,9% de pessoal ocupado. Por último, a mesorregião Noroeste Espírito-Santense participa com 11,6% dos estabelecimentos e 8,5% do pessoal ocupado do total do Estado.

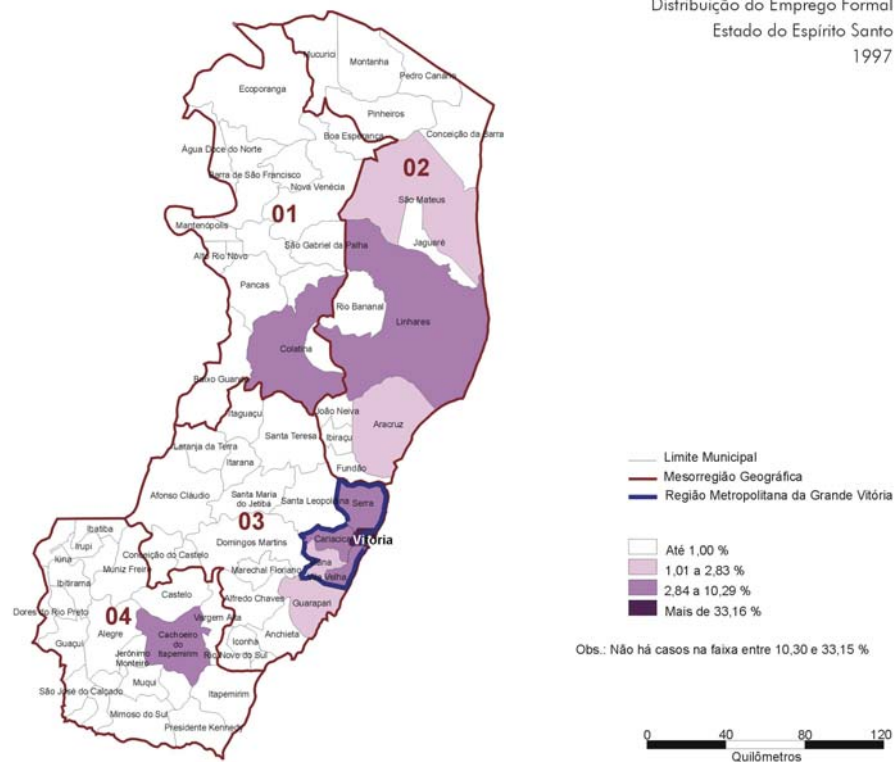
Com exceção da extração mineral e a agropecuária, todos os setores apresentam uma participação acima de 50% na mesorregião Central Espírito-Santense. O segmento extrativo mineral sobressai na mesorregião Sul Espírito-Santense em função da extração de mármore e granito, enquanto o segmento agropecuário se destaca na mesorregião Litoral Norte Espírito-Santense basicamente em função da extração vegetal da indústria de celulose instalada no município de Aracruz.

O Mapa 4 permite visualizar a distribuição do emprego formal no Espírito Santo. Observa-se que Cachoeiro de Itapemirim é o município central da mesorregião Sul Espírito-Santense e apresenta a maior concentração do pessoal ocupado da região. No norte do Estado, apesar de concentrada na mesorregião Litoral Norte, a distribuição do pessoal ocupado divide-se entre os quatro principais municípios: Colatina, Linhares, Aracruz e São Mateus. Cabe observar que Aracruz e São Mateus são municípios que tiveram um processo de desenvolvimento mais recente ocorrido principalmente com a chegada da indústria de celulose (Aracruz) e a extração de petróleo (São Mateus). A Região Metropolitana da Grande Vitória se sobressai mais uma vez concentrando o emprego formal do Estado: apenas o município de Vitória abriga mais de um terço da população ocupada total do Estado.

Estudos de Mercado de Trabalho como Subsídios para a Reforma da Educação Profissional

Mapa 4

Distribuição do Emprego Formal
Estado do Espírito Santo
1997



Fonte: Ministério do Trabalho - RAIS / 1997

Tabela 16

Distribuição do Emprego Formal e de Unidades Locais, por Setor de Atividade, segundo Mesorregiões
Estado do Espírito Santo
1997

Mesorregiões	Extração Mineral		Indústria de Transformação		Serviços Industriais Utilidade Pública		Construção Civil		Comércio		Serviços		Administração Pública		Agropecuária		Outros/ Ignorado		Total		
	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mesorregião 1																					
Noroeste Espírito-Santense	22,7	18,6	13,9	14,6	14,1	11,7	8,5	2,5	12,6	10,2	7,8	4,6	17,0	9,8	17,5	13,0	7,8	6,0	11,6	8,5	
Mesorregião 2																					
Litoral Norte Espírito-Santense	7,6	17,2	13,5	13,9	21,1	13,7	8,4	3,6	12,6	11,9	9,6	8,5	14,7	12,4	35,8	42,7	8,9	5,3	13,8	11,9	
Mesorregião 3																					
Central Espírito-Santense	28,2	29,7	53,0	53,5	38,4	50,5	68,0	89,7	58,8	65,8	71,3	79,1	47,4	66,8	21,2	25,5	67,8	73,3	58,6	68,1	
Mesorregião 4																					
Sul Espírito-Santense	41,5	34,5	19,5	18,0	26,5	24,2	15,0	4,2	15,9	12,2	11,3	7,8	20,9	11,0	25,4	18,9	15,6	15,3	16,0	11,5	

Fonte: Rais – Ministério do Trabalho e Emprego.

Tabela 17
Distribuição do Emprego Formal e de Unidades Locais, por Setor de Atividade, segundo Municípios
Estado do Espírito Santo
1997

Municípios	Extração Mineral		Indústria de Transformação		Serviços Industriais Utilidade Pública		Construção Civil		Comércio		Serviços		Administração Pública		Agropecuária		Outros/ Ignorados		Total	
	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO
Região Metropolitana da Grande Vitória																				
Total	14,7	10,5	44,4	48,3	15,1	44,5	56,4	84,2	48,7	58,4	59,3	73,3	30,1	57,2	7,3	10,2	58,9	67,3	47,4	60,9
Vitória	17,7	13,9	22,8	16,7	35,7	57,4	40,9	64,2	40,0	43,5	60,5	61,1	65,2	71,3	37,5	67,7	49,1	58,4	46,8	54,6
Serra	43,5	50,6	21,6	34,0	35,7	38,7	20,3	17,8	15,5	16,9	8,9	12,5	9,8	13,1	25,0	12,3	20,8	18,8	13,9	16,9
Vila Velha	27,4	30,9	40,2	28,5	14,3	0,5	28,4	14,8	28,1	22,5	22,2	14,5	14,1	8,1	10,9	6,8	17,0	12,9	26,5	16,4
Cariacica	6,5	0,5	13,2	14,6	14,3	3,4	9,4	2,8	14,9	15,3	7,3	11,1	7,6	4,6	12,5	6,2	11,3	8,9	11,2	10,1
Viana	4,8	4,0	2,2	6,2	0,0	0,0	1,0	0,3	1,5	1,8	1,1	0,8	3,3	2,8	14,1	7,0	1,9	1,0	1,6	2,0
Interior do Estado do Espírito Santo																				
Total	85,3	89,5	55,6	51,7	84,9	55,5	43,6	15,8	51,3	41,6	40,7	26,7	69,9	42,8	92,7	89,8	41,1	32,7	52,6	39,1
Cachoeiro de Itapemirim	24,4	21,1	20,3	23,5	5,1	24,5	18,2	17,6	14,8	17,2	14,7	19,7	5,1	9,1	4,1	2,5	27,0	38,8	13,7	16,3
Colatina	3,3	1,8	13,4	20,3	1,9	12,0	10,5	9,9	10,5	14,8	10,0	11,3	4,2	7,0	4,8	2,6	10,8	12,2	9,5	11,8
Linhares	2,2	1,9	11,2	11,8	1,9	6,4	6,4	2,7	9,0	13,6	7,0	7,6	1,4	8,5	15,0	19,5	2,7	2,0	9,4	10,7
Aracruz	2,2	1,9	3,5	7,9	2,5	4,6	3,7	10,4	3,6	4,1	5,1	9,3	1,4	9,1	3,3	5,3	5,4	2,0	3,8	7,3
Guarapari	2,2	2,6	4,0	1,7	5,1	3,9	16,4	24,6	7,8	8,5	17,4	12,0	1,9	5,8	1,7	1,3	16,2	12,2	8,9	7,0
São Mateus	1,7	13,1	4,0	1,6	3,2	8,1	4,3	3,0	5,1	5,9	4,9	6,0	4,2	1,6	4,8	10,2	8,1	8,2	4,8	4,8
Itapemirim	0,6	0,3	1,6	4,2	1,9	9,5	1,2	0,6	1,9	1,7	1,7	1,4	1,9	1,7	1,5	4,2	0,0	0,0	1,7	2,4
Nova Venécia	5,0	6,2	2,8	1,6	1,9	2,7	2,6	1,9	3,1	2,5	2,5	1,7	1,9	3,1	3,2	1,8	2,7	4,1	2,9	2,3
São Gabriel da Palha	0,3	0,1	3,2	3,6	0,6	0,3	0,6	0,2	2,7	2,0	1,7	1,1	2,8	1,8	1,8	1,6	2,7	2,0	2,2	1,9
Ibiracu	0,6	0,2	1,2	0,9	1,3	0,6	0,9	4,6	0,5	0,7	0,9	5,0	0,9	1,0	0,7	0,6	0,0	0,0	0,7	1,9
Santa Teresa	0,6	0,1	2,8	3,4	3,2	0,7	1,5	1,8	1,7	1,0	1,2	0,9	1,9	2,3	2,7	2,0	0,0	0,0	1,9	1,8
Anchieta	0,3	13,8	0,7	0,6	1,3	0,4	1,4	3,0	0,6	0,4	1,6	1,7	0,9	1,9	1,0	0,8	0,0	0,0	1,0	1,5
Castelo	8,9	7,9	2,1	1,3	1,3	1,1	2,4	1,2	2,4	2,3	2,2	1,6	2,3	0,1	2,0	1,6	0,0	0,0	2,3	1,5
Guaçu	0,0	0,0	1,8	1,0	1,3	1,6	3,2	0,4	2,1	1,9	1,7	1,0	2,3	1,2	3,1	3,0	0,0	0,0	2,1	1,4
Baixo Guandu	3,3	1,8	1,4	0,8	1,9	2,7	2,0	1,6	1,9	1,1	1,3	0,8	1,9	1,5	2,0	2,7	0,0	0,0	1,7	1,3
Outros Municípios	44,4	27,3	26,0	15,6	65,6	21,1	24,8	16,5	32,4	22,4	26,0	18,7	65,0	44,4	48,5	40,4	24,3	18,4	33,3	26,2

Fonte: Rais – Ministério do Trabalho e Emprego.

População

O Estado do Espírito Santo abrigava, em 1996, segundo dados do IBGE – Contagem Populacional –, 1,78% da população brasileira, o que corresponde a 2,8 milhões de habitantes distribuídos em 71 municípios¹. Os cinco municípios que compõem a Região Metropolitana da Grande Vitória – Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana – abarcavam, em 1980, 34,90% da população do estado do Espírito Santo, passando para 40,95% em 1991 e atingindo 42,19% em 1996. Os quatro maiores municípios do Estado localizam-se na Região Metropolitana, com a população variando de 265 mil a 300 mil habitantes. Fora da Grande Vitória, existem apenas três municípios com mais de 100 mil habitantes e quatro com população variando entre 50 mil e 100 mil. Esses onze municípios abrigavam 64% da população estadual, em 1996, e localizavam-se: um na mesorregião Noroeste Espírito-Santense, dois na mesorregião Sul Espírito-Santense e três na mesorregião Litoral Norte Espírito-Santense (Tabelas 18 e 19).

O perfil da rede de cidades capixaba não se alterou significativamente no período de 1980 a 1996. A faixa de 50 a 100 mil habitantes ganhou 3 novos municípios: Guarapari, Aracruz e São Mateus. Os três municípios, localizados fora da região da Grande Vitória que em 1980 possuíam mais de 100 mil habitantes – Colatina, Linhares e Cachoeiro de Itapemirim – mantiveram-se na mesma faixa durante o período.

¹ Em 1997 foram implantados seis novos municípios: Brejetuba, Marataízes, Ponto Belo, São Roque do Canaã, Sooretama e Vila Valério.

Tabela 18
Número de Municípios e Distribuição da População Segundo Classes de Tamanho de Município
Estado do Espírito Santo
1980–1996

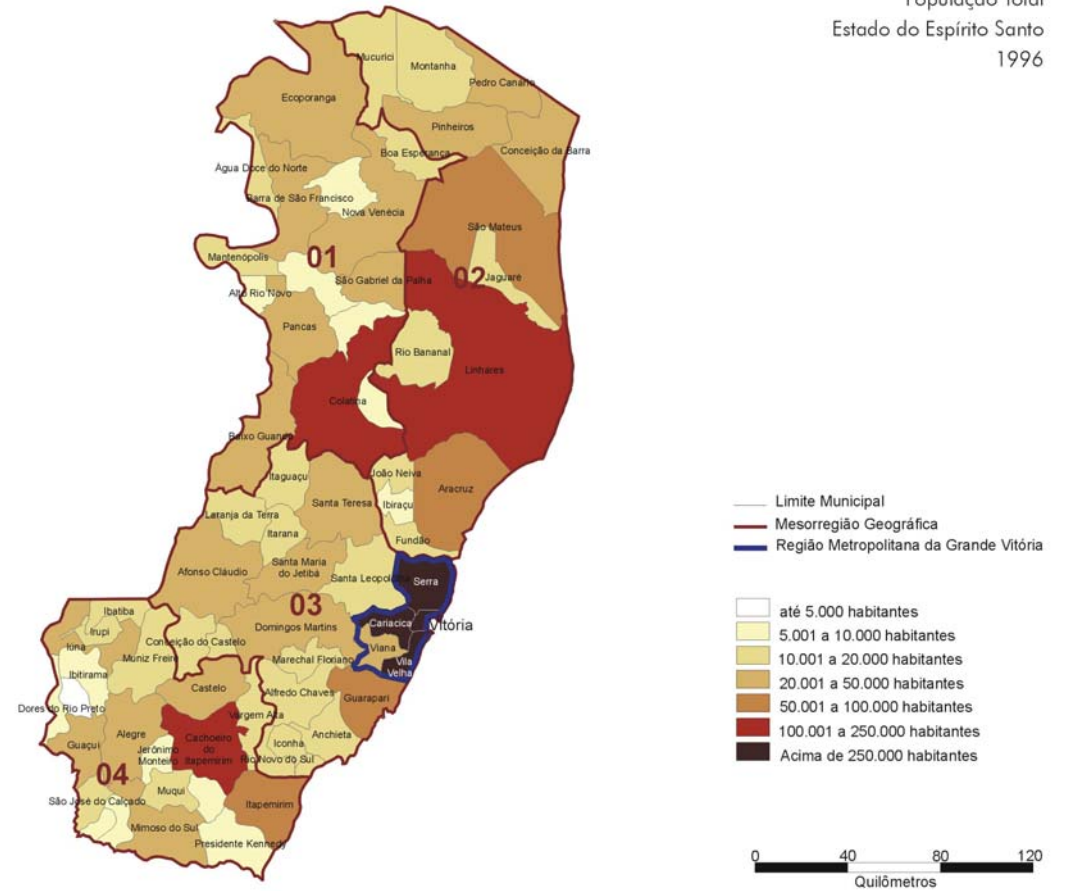
Classes de Tamanho de Municípios	1980				1991				1996			
	Municípios		População Total		Municípios		População Total		Municípios		População Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Total	67	100,00	2.023.340	100,00	67	100,00	2.600.618	100,00	71	100,00	2.802.707	100,00
Até 5 Mil Habitantes	2	2,99	7.425	0,37	1	1,49	4.090	0,16	1	1,41	4.385	0,16
De 5 Mil a 10 Mil Habitantes	18	26,87	145.340	7,18	12	17,91	98.022	3,77	13	18,31	107.038	3,82
De 10 Mil a 20 Mil Habitantes	21	31,34	279.900	13,83	23	34,33	293.146	11,27	27	38,03	358.871	12,80
De 20 Mil a 50 Mil Habitantes	19	28,36	585.792	28,95	21	31,34	626.268	24,08	19	26,76	550.296	19,63
De 50 Mil a 100 Mil Habitantes	1	1,49	82.581	4,08	3	4,48	188.055	7,23	4	5,63	267.056	9,53
De 100 Mil a 500 Mil Habitantes	6	8,96	922.302	45,58	7	10,45	1.391.037	53,49	7	9,86	1.515.061	54,06
Mais que 500 Mil Habitantes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1980 e 1991 e Contagem Populacional 1996.

Estudos de Mercado de Trabalho como Subsídios para a Reforma da Educação Profissional

Mapa 5

População Total
Estado do Espírito Santo
1996



Fonte: IBGE- Contagem Populacional 1996.

Na faixa de 20 mil a 50 mil habitantes, encontravam-se, em 1996, 19 municípios abrigando 20% da população. Os municípios com população inferior a 20 mil habitantes representavam, em 1980, 61% do total e abrigavam 21% da população, passando a representar, em 1996, 58% do total e a abrigar 17% da população. Vale destacar que existia apenas um município capixaba com população inferior a cinco mil habitantes, em 1996.

Em 1980, o Estado possuía 64% de sua população habitando áreas urbanas, percentual que passou a 74% em 1991 e atingiu 78% em 1996. O grau de urbanização da capital é de 100%, em 1996, e todos os demais municípios da região metropolitana possuem mais de 90% da suas populações morando em áreas urbanas. A mesorregião menos urbanizada é a Noroeste Espírito-Santense, com 40% da população habitando áreas rurais.

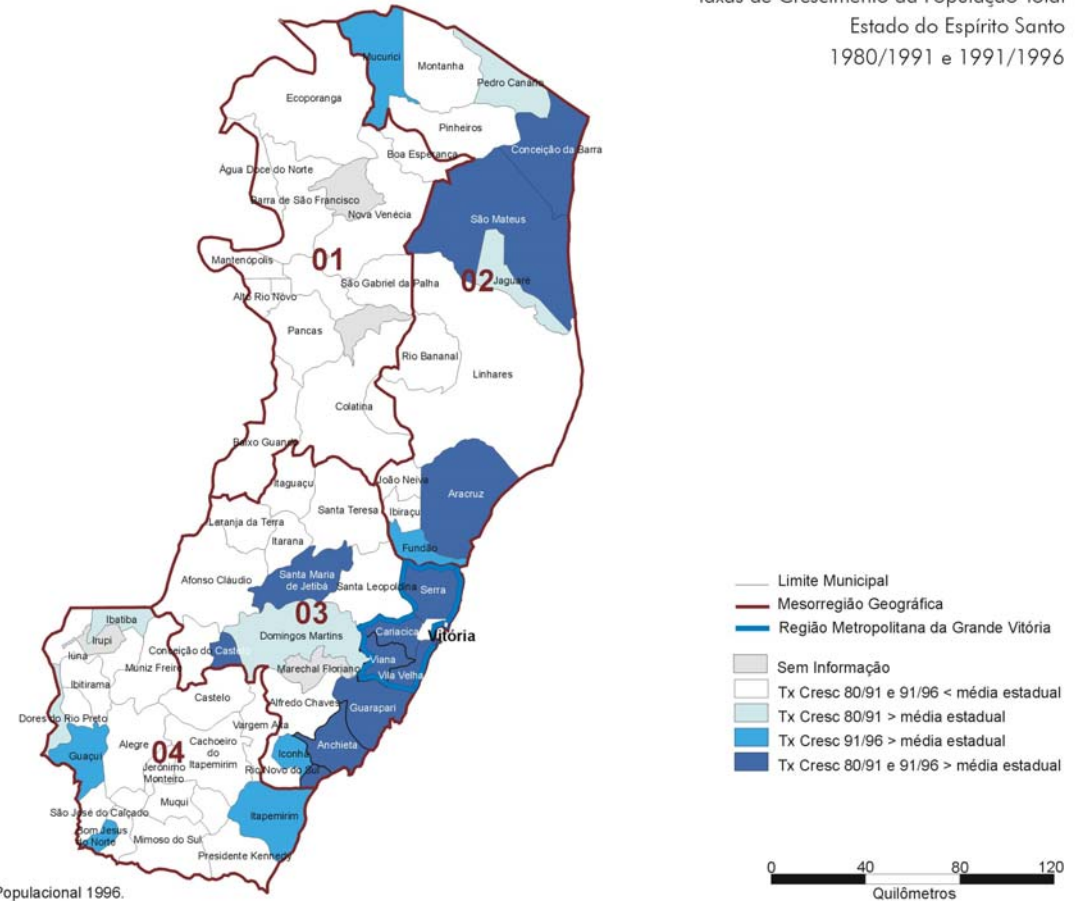
O Espírito Santo tem crescido nos últimos vinte anos a taxas superiores às brasileiras: 2,31% a.a. entre 1980 e 1991 e 1,53% a.a. entre 1991 e 1996, contra 1,93% a.a. e 1,36% a.a. do Brasil, nos dois períodos, respectivamente. A população rural apresentou queda nos dois períodos estudados, respectivamente: -0,70% a.a. e -1,53% a.a.

Apenas a mesorregião Central Espírito-Santense, onde se localiza a capital estadual, apresentou crescimento acima das médias estaduais nos dois períodos. Todos os municípios da região metropolitana, à exceção da capital, apresentaram crescimento populacional superior à média estadual, nos dois períodos, com destaque para Serra, município com o maior crescimento populacional na década de 80 e o segundo nos anos 90 (Mapa 6).

Estudos de Mercado de Trabalho como Subsídios para a Reforma da Educação Profissional

Mapa 6

Taxas de Crescimento da População Total
Estado do Espírito Santo
1980/1991 e 1991/1996



Fonte: IBGE; Censos Demográficos 1980 e 1991 e Contagem Populacional 1996.

Tabela 19
 População Total, Taxas de Crescimento e Grau de Urbanização
 Estado do Espírito Santo, Mesorregiões Geográficas e Principais Municípios
 1980–1996

Estado, Mesorregiões e Municípios	População Total			Taxa de Crescimento (%)		Grau de Urbanização (%)	
	1980	1991	1996	1980/1991	1991/1996	1991	1996
Estado Espírito Santo	2.023.340	2.600.618	2.802.707	2,31	1,53	74,01	77,64
Mesorregião 01							
Noroeste Espírito-Santense	363.324	358.415	362.841	-0,12	0,25	54,12	60,27
Colatina	102.563	106.845	104.545	0,37	-0,44	72,56	78,03
Nova Venécia	45.667	47.624	41.543	0,38	-2,74	48,06	61,88
Barra de São Francisco	37.401	35.738	36.635	-0,41	0,51	45,70	54,13
São Gabriel da Palha	31.286	30.148	31.190	-0,34	0,69	56,57	61,72
Mesorregião 02							
Litoral Norte Espírito-Santense	320.844	405.986	436.088	2,16	1,47	68,61	72,58
Linhares	106.207	119.690	125.297	1,09	0,94	71,86	73,37
São Mateus	44.570	73.903	82.514	4,70	2,27	69,27	73,72
Aracruz	35.797	52.433	59.565	3,53	2,63	82,07	83,78
Mesorregião 03							
Central Espírito-Santense	955.442	1.380.161	1.524.240	3,40	2,04	85,81	87,70
Cariacica	189.089	274.532	301.183	3,45	1,90	95,10	96,38
Vila Velha	203.406	265.586	297.430	2,45	2,33	99,49	99,50
Serra	82.581	222.158	270.373	9,41	4,08	99,31	99,39
Vitória	207.747	258.777	265.874	2,02	0,55	100,00	100,00
Guarapari	38.496	61.719	73.730	4,38	3,68	89,43	91,84
Viana	23.440	43.866	47.494	5,86	1,63	90,93	92,09
Afonso Cláudio	38.176	40.001	40.233	0,43	0,12	30,93	37,06
Mesorregião 04							
Sul Espírito-Santense	383.730	456.056	479.538	1,58	1,03	58,71	63,39
Cachoeiro de Itapemirim	113.290	143.449	150.359	2,17	0,96	81,65	84,76
Itapemirim	35.110	44.492	51.247	2,18	2,92	60,83	65,94
Alegre	26.405	30.422	31.832	1,30	0,93	53,68	60,30

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos 1980 e 1991 e Contagem Populacional 1996.

Na Região Metropolitana da Grande Vitória, existe uma certa distribuição de funções entre os municípios metropolitanos. A capital mantém seu papel de principal centro administrativo e terciário. Com participação significativa na indústria, Vila Velha segue um padrão de distribuição de atividades parecido com o da capital e divide com ela as funções de centro terciário. Serra e Viana apresentam participações do Valor Adicionado (VA) industrial superiores a 90%

em 1985, e Cariacica, a despeito de uma participação de cerca de 60% do setor secundário, mantém participação importante do terciário.

A localização dos grandes projetos industriais em Vitória e em cidades próximas a ela contribuiu não só para a transformação do sistema urbano estadual, mas também para mudanças na estrutura interna da aglomeração, gerando o crescimento das demais cidades da área metropolitana.

No norte do Estado, os municípios de Aracruz e São Mateus também cresceram devido à localização industrial. Já Guarapari, ao sul de Vitória, tem seu crescimento associado ao setor terciário, notadamente no turismo, sofrendo também desdobramentos decorridos da localização da empresa Samarco no município vizinho de Anchieta, que também cresceu a taxas superiores à média estadual.

No Estado do Espírito Santo, a distribuição da população por sexo é equilibrada, com ligeiro predomínio das mulheres, devido ao peso da mesorregião Central Espírito-Santense, mais populosa e onde se localiza a Região Metropolitana. Nas três outras mesorregiões, as diferenças entre a população masculina e a feminina são inferiores a um ponto percentual.

Tabela 20
Distribuição da População, por sexo, segundo Mesorregiões
Estado do Espírito Santo
1996

Estado e Mesorregiões	Homens	Mulheres
Estado do Espírito Santo	49,73	50,27
Mesorregião 01		
Noroeste Espírito-santense	50,24	49,76
Mesorregião 02		
Litoral Norte Espírito-santense	50,37	49,63
Mesorregião 03		
Central Espírito-santense	49,24	50,76
Mesorregião 04		
Sul Espírito-santense	50,33	49,67

Fonte: Fundação IBGE — Contagem Populacional 1996; Fundação Seade.

Perfil Educacional

A análise da situação educacional do Estado do Espírito Santo fundamenta-se nos indicadores de instrução da população (taxa de analfabetismo para 1991 e 1995), de escolarização (taxa líquida de escolarização para 1991 e 1998) e de acesso ao sistema e permanência na escola (matrículas por nível

de ensino e dependência administrativa em 1991, 1996 e 1998 e variações das matrículas por nível de ensino, entre 1991-1998 e 1996-1998, e dos concluintes entre 1990 e 1997).

Para dimensionar as dificuldades de acesso ao sistema e de permanência da criança e do adolescente na escola, foram utilizados dados sobre a população analfabeta e a taxa de analfabetismo do grupo de idade de 11 a 14 anos, em 1991. Segundo a Unesco, é neste grupo que devem ser mensurados o contingente de analfabetos e o nível de analfabetismo entre crianças e adolescentes que já deveriam estar freqüentando a 5ª série do ensino fundamental, sendo capazes de realizar operações numéricas simples.

O contingente de analfabetos e a taxa de analfabetismo entre os jovens – população-alvo da educação profissional – podem ser visualizados através dos indicadores desagregados por grupos de idade de 15 a 19 anos, 20 a 24 anos e 15 a 24 anos, disponíveis para Estados e Regiões nos anos de 1991 e 1995. Com relação aos Estados da Região Norte (exceto Tocantins), estas informações limitam-se apenas à população urbana, pois a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD não investiga as características da população rural residente.

No Estado do Espírito Santo, em 1991, as taxas de analfabetismo da população de 11 a 14 anos (7%), de 15 a 19 anos (6%) e de 15 a 24 anos (7%) situavam-se num patamar acima das encontradas na Região Sudeste (5%) e abaixo daquelas observadas no Brasil (16% para as pessoas de 11 a 14 anos e 12% para os outros dois grupos de idade).

Em 1995, as taxas de analfabetismo da população capixaba de 15 a 19 anos (2%) e de 15 a 24 anos (3%) eram praticamente as mesmas registradas para a Região Sudeste (2% para os dois grupos de idade). A população de 20 a 24 anos apresentava taxa de 5% para o Estado e de 3% para a Região Sudeste. As taxas de analfabetismo do Estado apresentavam valores menores que a metade daqueles observados para o país (7%, 8% e 7%), com exceção do segmento de 15 anos e mais, que registrou valores relativamente semelhantes (16% e 14%).

Portanto, o Estado do Espírito Santo, que em 1991 apresentava taxas de analfabetismo mais baixas que as do conjunto do país, embora ligeiramente mais elevadas que as da Região Sudeste, passou a registrar, em 1995, queda significativa em suas taxas, superando a redução ocorrida nas taxas regionais.

Ao serem analisados esses indicadores por situação de domicílio e sexo, observa-se que, neste período, no Brasil, as taxas de analfabetismo tanto das mulheres quanto dos homens de 15 a 19 anos, 15 a 24 anos e 15 anos e mais diminuíram aproximadamente cinco pontos percentuais em cada um dos grupos de idade, sendo que as reduções mais significativas ocorreram para a população rural, que já apresentava elevado analfabetismo. O mesmo movimento ocorreu no Espírito Santo e na Região Sudeste, que, embora já registrassem, em 1991, taxas menores, também apresentaram queda do analfabetismo para esse segmento.

Tabela 21

População Total, População Não-Alfabetizada e Taxa de Analfabetismo, por Situação do Domicílio e Sexo, segundo Grupos de Idade
Brasil, Região Sudeste e Estado do Espírito Santo
1991-1995

Grupos de Idade	População Total					População Não-Alfabetizada					Taxa de Analfabetismo				
	Total	Urbana	Rural	Homens	Mulheres	Total	Urbana	Rural	Homens	Mulheres	Total	Urbana	Rural	Homens	Mulheres
1991															
Brasil															
11 a 14 Anos	13.440.733	9.768.687	3.672.046	2.160.720	872.862	1.287.858	16,1	8,9	35,1
15 a 19 Anos	15.017.472	11.157.641	3.859.831	7.460.490	7.556.982	1.810.236	756.558	1.053.678	1.127.382	682.854	12,1	6,8	27,3	15,1	9,0
20 a 24 Anos	13.564.878	10.485.477	3.079.401	6.712.435	6.852.443	1.652.047	766.266	885.781	935.263	716.784	12,2	7,3	28,8	13,9	10,5
15 a 24 Anos	28.582.350	21.643.118	6.939.232	14.172.925	14.409.425	3.462.283	1.522.824	1.939.459	2.062.645	1.399.638	12,1	7,0	28,0	14,6	9,7
15 Anos e Mais	95.837.043	74.443.693	21.393.350	46.683.696	49.153.347	19.233.239	10.561.449	8.671.790	9.266.587	9.966.652	20,1	14,2	40,5	19,8	20,3
Região Sudeste															
11 a 14 Anos	5.239.076	4.512.084	726.992	281.194	176.146	105.048	5,4	3,9	14,4
15 a 19 Anos	5.968.244	5.176.845	791.399	2.966.449	3.001.795	276.245	175.263	100.982	168.847	107.398	4,6	3,4	12,8	5,7	3,6
20 a 24 Anos	5.816.529	5.145.516	671.013	2.903.716	2.912.813	320.097	217.024	103.073	179.713	140.384	5,5	4,2	15,4	6,2	4,8
15 a 24 Anos	11.784.773	10.322.361	1.462.412	5.870.165	5.914.608	596.342	392.287	204.055	348.560	247.782	5,1	3,8	14,0	5,9	4,2
15 Anos e Mais	43.155.676	38.394.514	4.761.162	20.966.451	22.189.225	5.312.159	3.917.146	1.395.013	2.297.945	3.014.194	12,3	10,2	29,3	11,0	13,6
Espírito Santo															
11 a 14 Anos	242.110	174.802	67.308	16.571	8.620	7.951	6,8	4,9	11,8
15 a 19 Anos	264.396	190.995	73.401	131.694	132.702	16.748	8.301	8.447	10.034	6.714	6,3	4,3	11,5	7,6	5,1
20 a 24 Anos	245.923	182.413	63.510	122.440	123.483	20.060	10.109	9.951	10.692	9.368	8,2	5,5	15,7	8,7	7,6
15 a 24 Anos	510.319	373.408	136.911	254.134	256.185	36.808	18.410	18.398	20.726	16.082	7,2	4,9	13,4	8,2	6,3
15 Anos e Mais	1.693.845	1.269.941	423.904	836.882	856.963	304.525	176.643	127.882	137.704	166.821	18,0	13,9	30,2	16,5	19,5
1995															
Brasil															
11 a 14 Anos
15 a 19 Anos	15.778.383	12.410.258	3.368.125	7.988.596	7.789.787	1.077.149	502.520	574.629	745.401	331.748	6,8	4,0	17,1	9,3	4,3
20 a 24 Anos	13.005.748	10.518.256	2.487.492	6.435.482	6.570.266	981.078	486.302	494.776	611.664	369.414	7,5	4,6	19,9	9,5	5,6
15 a 24 Anos	28.784.131	22.928.514	5.855.617	14.424.078	14.360.053	2.058.227	988.822	1.069.405	1.357.065	701.162	7,2	4,3	18,3	9,4	4,9
15 Anos e Mais	103.326.410	83.258.120	20.068.290	49.778.637	53.547.773	16.087.456	9.521.317	6.566.139	7.693.168	8.394.288	15,6	11,4	32,7	15,5	15,7
Região Sudeste															
11 a 14 Anos
15 a 19 Anos	6.560.247	5.744.183	816.064	3.324.426	3.235.821	137.555	81.221	56.334	89.313	48.242	2,1	1,4	6,9	2,7	1,5
20 a 24 Anos	5.651.732	5.030.943	620.789	2.824.381	2.827.351	156.287	106.384	49.903	94.055	62.232	2,8	2,1	8,0	3,3	2,2
15 a 24 Anos	12.211.979	10.775.126	1.436.853	6.148.807	6.063.172	293.842	187.605	106.237	183.368	110.474	2,4	1,7	7,4	3,0	1,8
15 Anos e Mais	47.194.707	42.108.739	5.085.968	22.669.365	24.525.342	4.385.863	3.265.088	1.120.775	1.790.068	2.595.795	9,3	7,8	22,0	7,9	10,6
Espírito Santo															
11 a 14 Anos
15 a 19 Anos	274.877	202.979	71.898	146.244	128.633	4.891	1.956	2.935	978	3.913	1,8	1,0	4,1	0,7	3,0
20 a 24 Anos	249.949	187.338	62.611	123.749	126.200	12.228	8.314	3.914	8.315	3.913	4,9	4,4	6,3	6,7	3,1
15 a 24 Anos	524.826	390.317	134.509	269.993	254.833	17.119	10.270	6.849	9.293	7.826	3,3	2,6	5,1	3,4	3,1
15 Anos e Mais	1.872.834	1.403.764	469.070	938.129	934.705	263.139	162.381	100.758	117.382	145.757	14,1	11,6	21,5	12,5	15,6

Fonte: Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep; Fundação Seade.
(...) Dado não disponível.

A taxa líquida de escolarização – relação entre o número de alunos na faixa etária adequada matriculados em determinado nível de ensino e a população nesta mesma faixa etária – no Espírito Santo, em 1991, foi de 39% para a pré-escola, de 94% para o ensino fundamental e de 22% para o ensino médio. Estas taxas são semelhantes às observadas para a Região Sudeste e maiores que as do país. Esses mesmos dados (exceto pré-escola) para 1998 indicam que o Estado e a Região Sudeste, que já apresentavam taxas elevadas para o ensino fundamental em 1991, mantiveram-se estáveis, atingindo praticamente a mesma taxa (97% e 95%, para Região e Estado) verificada para o país (95%). No ensino médio, no entanto, o Estado deu um salto em sua escolarização, com a taxa passando de 22% para 40%, valor acima do registrado no Brasil (31%), mas ainda abaixo daquele registrado na Região Sudeste (43%).

Tabela 22
Taxas Líquidas de Escolarização, por Nível de Ensino
Brasil, Região Sudeste e Estado do Espírito Santo
1991-1998

Regiões	Em porcentagem					
	Educação Pré-Escolar		Ensino Fundamental		Ensino Médio (1)	
	1991	1998	1991	1998	1991	1998
Brasil	34,7	...	86,1	95,3	17,7	30,8
Região Sudeste	38,0	...	94,9	97,4	24,3	42,5
Espírito Santo	38,7	...	94,1	94,5	21,8	39,5

Fonte: Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep; Fundação Seade.

(1) As faixas etárias utilizadas para o cálculo da taxa líquida de escolarização do ensino médio foram 15 a 19 anos, em 1991, e 15 a 17 anos, em 1998.

A distribuição das matrículas por nível de ensino e dependência administrativa, no Espírito Santo, indica que a rede federal, em 1998, participava com apenas 3% do ensino médio e menos de 1% para a pré-escola e o ensino fundamental.

A rede estadual mantinha 9% dos alunos da pré-escola, 52% do ensino fundamental e 74% do ensino médio, enquanto a rede particular participava com 22%, 12% e 19%, respectivamente.

A rede municipal respondia por 69%, 36% e 4% das matrículas daqueles três níveis de ensino.

Vale ressaltar, ainda, a importância da participação dos municípios na oferta da educação escolar, a partir da década de 50, com a expansão econômica e a

pressão da demanda por escolarização. Segundo Lacerda e Reis, apesar de haver vinculação orçamentária nas constituições de 1934 e 1946 e na Emenda Calmon (1983) até a constituição de 1988, os municípios não tinham esfera de competência própria, “desempenhando na educação um papel suplementar”. Na lei da reforma do ensino de 1971 aparece, pela primeira vez, a responsabilidade legal dos municípios pelo ensino, e a partir de então foi intensificado o processo de municipalização do ensino. Em 1974, inspirado nesta reforma, a Lei Estadual nº 2.878/74 delimita a responsabilidade do ensino na zona urbana para o Estado e impõe progressivamente aos municípios a assunção do ensino na zona rural.

Em 1975, o MEC estimula a criação de projetos, como o Pró- Município, visando neutralizar discrepâncias, ao nível regional, entre as áreas rurais e urbanas e entre as diversas instâncias administrativas do ensino. Sua abrangência era limitada a uma vertente assistencialista (atendendo a necessidades de expansão, manutenção de equipamento, material didático e capacitação de professores). No final da década de 70, surgem tentativas de uma descentralização, com uma forma de modelo de gestão na qual as prefeituras passaram a administrar escolas estaduais (amparadas em convênios) como forma de cumprir as suas obrigações de ampliação de 20% da receita tributária e 20% das transferências do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Em 1990, institui-se no Espírito Santo o Programa de Municipalização na Oferta de Ensino Pré-escolar e Fundamental (PROMUNE), que se inicia e se expande sem qualquer mecanismo regulador oficializado. Este programa propunha uma gestão da educação pautada na assunção integral e/ou parcial dos encargos e serviços de administração da rede escolar pelos municípios sem transferência de bens e cooperação técnica e financeira para o desenvolvimento dos sistemas municipais de ensino. Em 1994, alguns municípios assinaram o convênio de municipalização do PROMUNE e outros assinaram o convênio de integração. Mas, em 1995, conflitos entre as duas

instâncias locais – Prefeituras Municipais e Subnúcleos de Educação – levaram alguns municípios a romperem os acordos firmados.²

Entre 1991 e 1998, as matrículas na pré-escola registraram aumento no Estado (6%) e na Região Sudeste (14%) e queda no Brasil (7%). Ao se analisar a variação das matrículas no período 1996-98, verifica-se decréscimo de 8% no Estado, de 14% no Brasil e crescimento de 2% na Região, o que leva a acreditar que, além da diminuição do ritmo de crescimento da faixa etária demandatória desse nível de ensino, a implantação, em 1998, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef, que modifica o financiamento da educação ao vincular constitucionalmente recursos ao ensino fundamental que poderiam estar sendo destinados à pré-escola, alterou significativamente o atendimento a esse nível de ensino.

Para o Estado, nota-se, neste período, o crescimento das matrículas da pré-escola na rede municipal (31%) e a diminuição acentuada na rede estadual (74%). Quando comparamos as taxas de matrícula de pré-escola/classe de alfabetização entre a rede estadual e a rede municipal é possível observar que o Estado está repassando a responsabilidade da educação infantil para o município, o qual poderá ter dificuldades de ampliação da oferta na medida em que, ao contrário do ensino fundamental, que tem recursos do Fundef, não há recursos vinculados especificamente para este nível da educação básica.

O aumento de 9% no total de matrículas do ensino fundamental, entre 1991 e 1998, percentual menor ao encontrado para o Brasil (23%) e para a Região Sudeste (11%), e o crescimento de 108% no número de concluintes, entre 1990 e 1997, inferiores nove pontos percentuais aos registrados para a Região Sudeste e seis pontos percentuais superiores aos do país, apontam o relativo sucesso do Estado na implementação, neste período, de políticas de acesso à escola e de combate ao fracasso escolar, uma vez que, em 1991, a taxa de analfabetismo da população de 11 a 14 anos era 7%, percentual inferior ao registrado pelo país (16%), mas superior ao da Região (5%).

² LACERDA, Maria Aparecida e REIS, Vânia Prata Ferreira. *A educação no Espírito Santo*. Brasília, Unicef, MEC/Fundescola, Banco Mundial/Undime, junho de 2000, no prelo.

Nesta análise, nota-se o impacto da criação do Fundef no processo de municipalização do ensino fundamental, pois, entre 1996 e 1998, as matrículas na rede municipal cresceram 68%, enquanto na estadual, decresceram 20%.

Para o ensino médio, observou-se, no período 1991-98, aumento de 91% no número de matrículas no Estado do Espírito Santo, doze e seis pontos percentuais acima daqueles registrados na Região Sudeste e no país. Para o período de 1996 a 1998, as matrículas apresentaram crescimento de 19% para o Estado, 21% para o país e 20% para a Região Sudeste.

O número de matrículas do Ensino Médio na rede municipal do Estado, neste período, registrou variação negativa de 40%.

As matrículas nos cursos presenciais de jovens e adultos, entre 1995 e 1998, tiveram crescimento de 69%. A rede estadual, que em 1995 era responsável por 81% dos alunos, cresceu 67% entre 1995 e 1998, responsabilizando-se por 80% dos alunos, em 98. Já a rede municipal, que em 1995 respondia por 18%, mesmo apresentando crescimento de 11%, no mesmo período, foi responsável, em 1998, por apenas 12% das matrículas deste nível de ensino.

Os relativos avanços obtidos com a implementação das políticas educacionais destinadas aos jovens, visualizados pelos indicadores referentes ao ensino médio regular e à modalidade educação de jovens e adultos no Estado, são insuficientes para atender satisfatoriamente a este segmento populacional, uma vez que, mesmo não sendo registrados, em 1995, elevados índices de analfabetismo jovem – 3% para a população de 15 a 24 anos –, constatou-se ainda, em 1998, taxa de escolarização de 40% no ensino médio.

Tabela 23
Matrículas e Variação, segundo Níveis de Ensino e Dependência Administrativa
Brasil, Região Sudeste e Estado do Espírito Santo
1991-1998

Níveis de Ensino	Dependência Administrativa	1991		1996		1998		Variação (%)	
		Nº Absoluto	%	Nº Absoluto	%	Nº Absoluto	%	91/98	96/98
Brasil									
Pré-Escola/Classe de Alfabetização	Total	5.283.894	100,0	5.714.303	100,0	4.917.408	100,0	-6,9	-14,0
	Federal	17.240	0,3	6.254	0,1	2.585	0,1	-85,0	-58,7
	Estadual	1.209.937	22,9	997.723	17,5	461.663	9,4	-61,8	-53,7
	Municipal	2.742.849	51,9	3.446.725	60,3	3.209.918	65,3	17,0	-6,9
	Particular	1.313.868	24,9	1.263.601	22,1	1.243.242	25,3	-5,4	-1,6
Ensino Fundamental	Total	29.203.724	100,0	33.131.270	100,0	35.792.554	100,0	22,6	8,0
	Federal	95.536	0,3	33.564	0,1	29.181	0,1	-69,5	-13,1
	Estadual	16.716.816	57,2	18.468.772	55,7	17.266.355	48,2	3,3	-6,5
	Municipal	8.773.360	30,0	10.921.037	33,0	15.113.669	42,2	72,3	38,4
	Particular	3.618.012	12,4	3.707.897	11,2	3.383.349	9,5	-6,5	-8,8
Ensino Médio	Total	3.770.230	100,0	5.739.077	100,0	6.968.531	100,0	84,8	21,4
	Federal	103.092	2,7	113.091	2,0	122.927	1,8	19,2	8,7
	Estadual	2.472.757	65,6	4.137.324	72,1	5.301.475	76,1	114,4	28,1
	Municipal	176.769	4,7	312.143	5,4	317.488	4,6	79,6	1,7
	Particular	1.017.612	27,0	1.176.519	20,5	1.226.641	17,6	20,5	4,3
Região Sudeste									
Pré-Escola/Classe de Alfabetização	Total	1.741.941	100,0	1.953.404	100,0	1.984.408	100,0	13,9	1,6
	Federal	762	0,1	716	0,1	881	0,1	15,6	23,0
	Estadual	427.753	24,6	198.826	10,2	52.250	2,6	-87,8	-73,7
	Municipal	839.316	48,2	1.368.433	70,1	1.484.140	74,8	76,8	8,5
	Particular	474.110	27,2	385.429	19,7	447.137	22,5	-5,7	16,0
Ensino Fundamental	Total	11.965.480	100,0	12.958.674	100,0	13.249.814	100,0	10,7	2,2
	Federal	12.740	0,1	13.616	0,1	13.801	0,1	8,3	1,4
	Estadual	8.141.672	68,0	8.637.822	66,7	7.603.871	57,4	-6,6	-12,0
	Municipal	2.203.319	18,4	2.803.312	21,6	4.106.815	31,0	86,4	46,5
	Particular	1.607.749	13,4	1.503.924	11,6	1.525.327	11,5	-5,1	1,4
Ensino Médio	Total	1.894.293	100,0	2.815.026	100,0	3.385.659	100,0	78,7	20,3
	Federal	28.578	1,5	30.595	1,1	41.649	1,2	45,7	36,1
	Estadual	1.226.768	64,8	2.058.008	73,1	2.605.917	77,0	112,4	26,6
	Municipal	68.665	3,6	126.701	4,5	111.803	3,3	62,8	-11,8
	Particular	570.282	30,1	599.722	21,3	626.290	18,5	9,8	4,4
Espírito Santo									
Pré-Escola/Classe de Alfabetização	Total	80.422	100,0	93.197	100,0	85.397	100,0	6,2	-8,4
	Federal	50	0,1	50	0,1	57	0,1	14,0	14,0
	Estadual	28.734	35,7	28.843	30,9	7.632	8,9	-73,4	-73,5
	Municipal	31.050	38,6	44.924	48,2	58.699	68,7	89,0	30,7
	Particular	20.588	25,6	19.380	20,8	19.009	22,3	-7,7	-1,9
Ensino Fundamental	Total	568.119	100,0	612.595	100,0	619.559	100,0	9,1	1,1
	Federal	269	0,1	393	0,1	480	0,1	78,4	22,1
	Estadual	402.218	70,8	399.670	65,2	320.907	51,8	-20,2	-19,7
	Municipal	107.619	18,9	134.547	22,0	225.473	36,4	109,5	67,6
	Particular	58.013	10,2	77.985	12,7	72.699	11,7	25,3	-6,8
Ensino Médio	Total	79.640	100,0	127.120	100,0	151.795	100,0	90,6	19,4
	Federal	4.868	6,1	5.219	4,1	4.966	3,3	2,0	-4,8
	Estadual	51.596	64,8	85.310	67,1	112.248	73,9	117,6	31,6
	Municipal	6.562	8,2	8.786	6,9	5.279	3,5	-19,6	-39,9
	Particular	16.614	20,9	27.805	21,9	29.302	19,3	76,4	5,4

Fonte: Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep; Fundação Seade.

Tabela 24
Concluintes e Variação, por Nível de Ensino
Brasil, Região Sudeste e Estado do Espírito Santo
1990-1997

Regiões	Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	1990	1997	Variação 90/97 (%)	1990	1997	Variação 90/97 (%)
Brasil	1.062.707	2.151.835	102,5	658.725	1.330.150	101,9
Região Sudeste	517.187	1.089.407	110,6	322.337	698.082	116,6
Espírito Santo	21.384	44.052	106,0	14.013	29.117	107,8

Fonte: Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep; Fundação Seade.

Tabela 25
Matrículas nos Cursos Presenciais de Jovens e Adultos,
com Avaliação no Processo, por Dependência Administrativa
Estado do Espírito Santo
1995-1998

Anos	Total	Dependência Administrativa			
		Federal	Estadual	Municipal	Particular
1995	49.536	-	40.255	8.981	300
1997	72.706	-	62.808	7.977	1.921
1998	83.624	44	67.116	9.943	6.521
Variação 95/98	68,8	-	66,7	10,7	2.073,7
Variação 97/98	15,0	-	6,9	24,6	239,5

Fonte: Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep.

O desempenho do sistema de ensino, captado pelas taxas de aprovação, reprovação e abandono do ensino fundamental, no período 1995-97, demonstra avanço nos índices de aprovação do Estado, da Região Sudeste e do Brasil, sendo que as taxas do Espírito Santo encontram-se abaixo daquelas da Região Sudeste e acima das nacionais. O Estado apresentou crescimento de 6% neste período, em comparação aos 8% registrados pela Região Sudeste e aos 7% pelo Brasil.

Houve uma pequena queda nas taxas de abandono no Estado, que decresceram 1% da 1ª à 4ª série e 3% da 5ª à 8ª série. Apesar da queda verificada, as taxas ainda são muito altas quando comparadas às da Região.

Os avanços foram observados também em relação ao desempenho do ensino médio: o Estado apresentou aumento de 9% nas taxas de aprovação entre 1995 e 1997, enquanto a Região Sudeste e o país tiveram crescimento de 11%. Quanto às taxas de reprovação e abandono, verificou-se movimento semelhante para o Estado, a Região Sudeste e o Brasil: entre 1995 e 1997, houve pequena redução para a primeira e uma maior queda para a segunda. No Estado, a taxa de reprovação não registrou grande oscilação no período (9%, 8% e 6%, respectivamente para os três anos), e a de abandono, que em

1995 era altíssima (20%), apesar da queda de 5% verificada no período, apresentava-se superior àquelas encontradas na Região e no país.

Tabela 26
Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono do Ensino Fundamental
Brasil, Região Sudeste e Estado do Espírito Santo
1995-1997

Regiões	Em porcentagem								
	Total			1ª à 4ª Série			5ª à 8ª série		
	Aprovação	Reprovação	Abandono (1)	Aprovação	Reprovação	Abandono (1)	Aprovação	Reprovação	Abandono (1)
Brasil									
1995	70,6	15,7	13,6	70,9	16,2	12,9	70,2	14,9	14,9
1996	73,0	14,1	12,9	73,3	14,8	11,9	72,7	13,0	14,3
1997	77,7	11,5	10,8	77,1	12,8	10,1	78,7	9,4	11,9
Região Sudeste									
1995	79,9	13,0	7,1	82,5	12,6	4,9	76,6	13,5	9,9
1996	82,9	10,2	6,9	86,4	9,4	4,2	78,7	11,1	10,1
1997	87,7	6,6	5,7	89,8	6,2	4,0	85,2	7,1	7,7
Espírito Santo									
1995	74,4	14,8	10,8	77,6	14,9	7,6	70,4	14,6	15,0
1996	75,7	13,2	11,1	79,1	14,1	6,8	71,4	12,0	16,6
1997	80,4	10,5	9,1	80,7	12,3	6,9	79,9	8,2	11,9

Fonte: Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep.

(1) Abandono = 100 menos a taxa da aprovação menos a taxa de reprovação.

Tabela 27

Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono do Ensino Médio
Brasil, Região Sudeste e Estado do Espírito Santo
1995-1997

Regiões	Em porcentagem		
	Aprovação	Reprovação	Abandono (1)
Brasil			
1995	67,7	10,3	22,0
1996	74,4	9,9	15,7
1997	78,2	7,5	14,3
Região Sudeste			
1995	71,3	9,2	19,5
1996	78,2	9,1	12,6
1997	82,5	6,3	11,3
Espírito Santo			
1995	70,9	9,2	20,0
1996	71,4	7,7	20,9
1997	79,5	5,7	14,8

Fonte: Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep.

(1) Abandono = 100 menos a taxa da aprovação menos a taxa de reprovação.

A relação existente entre qualidade de ensino e formação dos professores aponta que, para complementar a análise do desempenho do sistema, é necessário considerar o perfil dos docentes da educação básica e sua respectiva remuneração.

No Espírito Santo, 99% dos professores de 1ª à 4ª série e 65% de 5ª à 8ª série apresentavam a formação exigida para o exercício do magistério, percentuais esses acima e inferiores, respectivamente, àqueles verificados para o país (88% e 75%) e para a Região Sudeste (98% e 88%). No ensino médio, 80% dos professores capixabas possuíam a formação exigida para o exercício do magistério, ficando em situação inferior à Região Sudeste (94%) e ao país (89%). No Estado, constatou-se ainda uma porcentagem alta de docentes leigos lecionando em classes de 5ª à 8ª série do ensino fundamental (35%) e no ensino médio (20%). Para o país, os valores referentes aos professores leigos de 5ª à 8ª série (24%) eram inferiores aos apresentados pelo Estado (35%) e superiores aos da Região Sudeste (11%), e, para os que lecionavam no ensino médio (10%), eram inferiores aos do Estado (20%) e superiores aos da Região (6%).

Os valores do salário médio dos docentes, por grau de formação, variavam significativamente, considerando-se apenas a formação exigida pela lei. Para aqueles que lecionavam de 1ª à 4ª série, em 1997, os salários do Estado eram inferiores aos verificados na Região Sudeste, e superiores aos do país. Para os que lecionavam de 5ª à 8ª série, os valores dos salários para o Estado eram

inferiores tanto aos da Região quanto aos do país. No ensino médio, o Estado também mantinha remuneração inferior à da Região Sudeste e à do país.

Esse quadro pode ter sido alterado no ensino fundamental, em 1998, pela implantação do Fundef nos municípios, pois, ao exigir a implantação de Planos de Carreira e Remuneração do Magistério, deverá ter propiciado aumento no salário dos professores, de acordo com sua habilitação.

Tabela 28
Docentes e Salários por Grau de Formação, segundo Nível de Ensino em que Lecionam
Brasil, Região Sudeste e Estado do Espírito Santo
1997

Nível de Ensino	Total			Grau de Formação						
				Fundamental Incompleto/Completo		Médio Completo		Superior Completo ou Mais		Não Informado
	Nº Absoluto	Docentes (%)	Salário Médio (R\$)	Docentes (%)	Salário Médio (R\$)	Docentes (%)	Salário Médio (R\$)	Docentes (%)	Salário Médio (R\$)	Docentes (%)
Brasil										
Pré-Escola/Classe de Alfabetização	204.644	100,0	419,5	14,9	134,1	59,1	349,9	25,6	715,7	0,4
1ª à 4ª Série	616.956	100,0	425,6	12,2	147,4	62,0	363,4	25,5	687,6	0,4
5ª à 8ª Série	434.991	100,0	605,4	0,4	247,0	23,9	329,6	75,3	693,8	0,4
Ensino Médio	238.589	100,0	700,2	0,1	284,1	10,3	345,8	89,1	739,6	0,6
Região Sudeste										
Pré-Escola/Classe de Alfabetização	76.017	100,0	587,00	0,8	293,13	57,1	463,63	41,7	761,01	0,4
1ª à 4ª Série	211.851	100,0	613,97	1,7	235,45	57,9	511,91	40,0	776,94	0,4
5ª à 8ª Série	193.783	100,0	738,57	0,1	436,76	11,2	420,25	88,2	777,81	0,5
Ensino Médio	120.848	100,0	772,09	0,0	382,94	5,7	445,26	93,6	789,93	0,7
Espírito Santo										
Pré-Escola/Classe de Alfabetização	5.697	100,0	459,04	0,9	356,51	70,6	401,17	28,1	602,99	0,4
1ª à 4ª Série	10.742	100,0	435,61	0,8	357,98	74,8	388,72	24,1	582,83	0,4
5ª à 8ª Série	8.106	100,0	511,20	0,1	331,36	34,4	332,51	65,0	602,78	0,5
Ensino Médio	4.294	100,0	618,99	0,1	274,74	19,7	319,60	79,6	687,96	0,7

Fonte: Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep; Fundação Seade.

Nota: O mesmo docente pode atuar em mais de um nível/modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento

A análise das informações sobre o Espírito Santo permite vislumbrar os avanços ocorridos no acesso, na permanência e no sucesso escolar no que se refere ao atendimento dos alunos do ensino fundamental, especialmente no segmento da 1ª à 4ª série.

O mesmo não ocorreu com os jovens, pois, apesar da queda verificada no analfabetismo no grupo etário de 15 a 24 anos e do elevado crescimento das matrículas e dos concluintes do ensino médio, ainda eram muito altas as taxas de abandono entre os alunos da 5ª à 8ª série e do ensino médio. Esse comportamento indica o desafio a ser enfrentado pelo poder público em relação a esse nível de ensino, pois a taxa de escolarização aponta para a necessidade de medidas de combate ao fracasso escolar e de ampliação da sua oferta nas modalidades regular e supletivo, tanto para atender à demanda advinda dos concluintes do ensino fundamental, quanto para trazer para a escola os jovens e adultos que, na idade apropriada, não tiveram oportunidade de ingresso e/ou permanência no sistema de ensino.